



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 62, DE 2018

(nº 358/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 358

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles.

Os méritos do Senhor Antonio Augusto Martins Cesar que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de junho de 2018.

Brasília, 21 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR

CPF.: 024.354.989-00

ID.: 39279738 SSP/PR

1974 Filho de Jorge Augusto Cesar e Francis Elizabeth Cesar Martins, nasce 16 de outubro de 1974, em Umuarama, PR

Dados Acadêmicos:

1996 Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, Paraná
1999 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBr, Dez anos do Processo de Kimberley: elementos, experiências adquiridas e perspectivas para fundamentar a atuação diplomática brasileira

Cargos:

1997 Terceiro-secretário
2003 Segundo-secretário
2007 Primeiro-secretário
2010 Conselheiro
2017 Ministro de segunda classe

Funções:

1999 Embaixada em Caracas, estágio profissionalizante
1999 Divisão da Europa I, assistente
2000 Embaixada em São Salvador, terceiro-secretário
2003 Embaixada em Assunção, terceiro-secretário e segundo-secretário
2005 Embaixada em Windhoek, segundo-secretário, primeiro-secretário e conselheiro comissionado
2008 Divisão da África I, chefe, substituto
2008 Reuniões de Comissão Mista: Benin (2008), Marrocos (2008), República do Congo (2009), Senegal (2010) e Togo (2009), membro da delegação
2008 Reuniões do Processo de Kimberley em Nova Delhi, Windhoek, Swakopmund e Jerusalém, membro da delegação (2008-2010)
2010 Reunião Brasil-CEDEAO, Cabo Verde, membro da delegação
2010 Reunião de Consultas Políticas Brasil-Nigéria, membro da delegação
2011 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2012 Embaixada em Lisboa, conselheiro
2016 Embaixada em Pretória, ministro-conselheiro, comissionado
2017 Embaixada em Pretória, ministro-Conselheiro

Condecorações:

2012 Ordem de Rio Branco, Comendador

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TANZÂNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A TANZÂNIA

NOME OFICIAL:	República Unida da Tanzânia
GENTÍLICO:	Tanzaniano(a)
CAPITAL:	Dodoma (capital oficial e sede do Legislativo); Dar es Salam (sede do Executivo e Judiciário)
ÁREA:	885.800 km²
POPULAÇÃO:	54 milhões (2017 est.)
IDIOMAS OFICIAIS:	Suaíli e Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES (CIA est. 2017):	Cristianismo (61%); Islamismo (35%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral (<i>Bunge</i>), 393 assentos. Mandatos de cinco anos. Do total, 264 são eleitos diretamente, 113 mulheres eleitas diretamente por votos de representação proporcional, 5 eleitos pela Casa dos Representantes de Zanzibar, 10 indicados pelo presidente e 1 assento reservado ao Procurador-Geral.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente John Magufuli (desde nov/2015)
CHANCELER:	Augustine Philip Mahiga (desde 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (Banco Mundial, 2017):	US\$ 47,5 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (Banco Mundial, 2016):	US\$ 138,5 bilhões (2016, Banco Mundial)
PIB PER CAPITA:	US\$ 879,6,6
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 2564,8
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	6,8% (2017); 7,2% (2016); 7% (2015)
ÍND. DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,531 – 151º no ranking (PNUD, 2015)
EXPECTATIVA DE VIDA:	65,5 anos (PNUD, 2015)
ALFABETIZAÇÃO:	77,9% (CIA, est.2015)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	10,3% (CIA, est. 2014)
UNIDADE MONETÁRIA:	Shilling tanzaniano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Emmanuel John Nchimbi
BRASILEIROS NO PAÍS:	131 cidadãos brasileiros matriculados na jurisdição de Dar es Salam (Tanzânia, Comores e Seicheles)
EMBAIXADOR EM DAR ES SALAM:	Carlos Alfonso Iglesias Puente

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – TANZÂNIA (fonte: MDIC) US\$ milhões FOB										
BRASIL → TANZÂNIA	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	5,64	6,5	4,7	14,4	17,9	31,3	66,1	24,2	16,8	29,9
Exportações	5,6	6,5	4,7	14,1	17,9	31,28	66,1	24,2	16,8	29,8

Importações	-	-	0,01	0,3	-	0,035	0,008	0,001	0,02	0,05
Saldo	5,6	6,5	4,7	13,8	17,9	31,25	66,1	24,2	16,8	29,8

Informação elaborada em 18 de junho de 2018, pelo PS Augusto César Teixeira Leite (DIAOS). Revisada pelo Ministro Paulo Cypriano (chefe da DIAOS)

APRESENTAÇÃO

A Tanzânia constitui país populoso, com 56 milhões de habitantes, dotado de notável estabilidade política e institucional e que, apesar de ainda ser considerado país de menor desenvolvimento relativo (PMDR), tem se caracterizado por crescimento econômico contínuo, da ordem de 6 a 7% anuais, há mais de 15 anos. Embora essa realidade tenha permitido francos progressos em sua meta de atingir o status de país de renda média até 2025, o país ainda permanece diante de desafios sociais significativos.

Logo após a independência do Reino Unido, em 1961, Tanganica e Zanzibar formaram a República Unida da Tanzânia, em 1964. O partido governamental – CCM (Partido da Revolução) – está no poder desde a independência. Em 1985, foi implementado o multipartidarismo e a prática de eleições regulares em âmbito nacional (em 1995 ocorreram as primeiras eleições democráticas), sempre vencidas pelo CCM. Há limitação de mandatos presidenciais (é permitida uma única reeleição) e instituições consideradas democráticas, o que tem colocado a Tanzânia em posição singular no contexto regional e continental, onde sobressai como exemplo de estabilidade, sem a perpetuação de personalidades no comando do país.

A longa e duradoura estabilidade política tem-se mostrado fator essencial para atrair investimentos externos e contribuir para os avanços econômicos. A Tanzânia constitui, após o Quênia, a segunda maior economia da East African Community (EAC), que tem sede naquele país, em Arusha. Embora os índices de pobreza declinem em ritmo intenso (de 60% em 2007 para 47% em 2016), o número absoluto de pobres continua elevado (12 milhões de tanzanianos ainda vivem abaixo da linha de pobreza extrema), em função de taxas de crescimento populacional acima de 3% anuais: o país poderá abrigar quase 100 milhões de habitantes em 2050 e, mantidas as atuais taxas de natalidade, até 300 milhões em 2099.

As credenciais de estabilidade política do país também contribuem para que a Tanzânia desempenhe papel construtivo na solução pacífica de impasses políticos e conflitos regionais, como no caso de sua atuação relativa à República Democrática do Congo (RDC) e ao Burundi. O país também é importante contribuinte de tropas para missões de paz no continente africano, em especial para a RDC (1135 militares para a MONUSCO), principal engajamento do país em missões de manutenção da paz das Nações Unidas.

No plano bilateral, a abertura da embaixada brasileira em Dar es Salam, em 2005, associada à visita do então presidente Lula à Tanzânia, em 2010, iniciou período de intensificação sem precedentes do relacionamento bilateral tanto no domínio econômico-comercial quanto no plano da cooperação. O diálogo político entre os dois países é fluido, o que se reflete no frequente apoio tanzaniano às candidaturas brasileiras a diversos cargos de importância em organismos internacionais.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOHN MAGUFULI
Presidente
Chefe de Estado e de Governo



John Magufuli nasceu em Chato, 1959. Formado em Química pela Universidade de Dar es Salam, foi eleito membro do parlamento tanzaniano em 1995. Dentre as funções exercidas, destacam-se: ministro das Terras e do Assentamento Humano, em 2006, ministro da Pecuária e Pesca, de 2008 a 2010, e ministro do Trabalho, de 2010 a 2015. Venceu as eleições presidenciais de 2015 pelo partido CCM (Chama Cha Mapinduzi, principal partido do país) e tomou posse em novembro do mesmo ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

Introdução

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970. Em 1979, foi criada a embaixada residente brasileira em Dar es Salam, desativada em 1991. Em mar/2005, a representação brasileira foi reaberta. O governo tanzaniano estabeleceu sua embaixada em Brasília em 2007.

Incremento das relações bilaterais

A reabertura de Embaixada residente em Dar es Salam constituiu passo importante para a nova aproximação entre Brasil e Tanzânia. Logo em março de 2006, o então presidente Jakaya Kikwete transmitiu convite para que seu homólogo brasileiro visitasse a Tanzânia. Na ocasião, Kikwete mencionou três áreas de cooperação nas quais identificava boas perspectivas de adensamento do relacionamento bilateral: (i) incremento de investimentos brasileiros e da presença de bens e serviços do Brasil no mercado tanzaniano; (ii) uso de tecnologia brasileira para o desenvolvimento do setor agrícola da Tanzânia; e (iii) recrutamento de técnico brasileiro de futebol para treinar a equipe nacional. A terceira proposta, de interesse particular de Kikwete, concretizou-se em poucos meses, com a contratação do técnico brasileiro Márcio Máximo, que foi treinador da seleção da Tanzânia entre 2006 e 2010.

Em agosto de 2008, foi realizada, em Dar es Salam, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Tanzânia (Comista). Ficou evidente a importância atribuída pelo lado tanzaniano à cooperação em agricultura com a designação do então Secretário Permanente do Ministério de Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas da Tanzânia para chefiar a delegação de seu país. Outras áreas identificadas como prioritárias para o desenvolvimento da cooperação bilateral foram saúde (combate ao HIV/AIDS e à malária), esporte e educação. Estudou-se, igualmente, a possibilidade de cooperação na área de biocombustíveis (etanol). No encerramento da I Comista, foram assinados os seguintes atos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; e Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço.

Em set/2008, o então presidente Lula manteve encontro com seu homólogo, à margem da abertura do Debate Geral da Assembleia Geral da Organização das

Nações Unidas (AGNU). Em 2009, o então ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos, participou, como representante do então presidente Lula da Silva, da Cúpula Leon H. Sullivan, realizada em Arusha, sobre o tema “Turismo e Desenvolvimento de Infraestrutura”.

Em 2010, em resposta às propostas de intensificação da cooperação esportiva entre os dois países, o Brasil apoiou a participação de quatro profissionais tanzanianos em Curso Internacional para Treinadores de Futebol realizado em São Paulo.

Em jul/2010, o então presidente Lula da Silva realizou visita histórica à Tanzânia, a primeira de chefe de estado brasileiro ao país. O programa da visita incluiu: encontro empresarial; visita à 34ª Feira Internacional de Comércio de Dar es Salam; e encontros na State House com o então Presidente Kikwete, o então primeiro-ministro Mizengo Pinda e outras altas autoridades tanzanianas. A visita propiciou o aprofundamento dos contatos bilaterais em novas áreas, como biocombustíveis, agricultura, TV digital, investimentos em infraestrutura e mineração e comércio.

Na sequência, visitaram o Brasil, em menos de dois anos, o então chanceler Bernard Membe (set/ 2010), o então primeiro-ministro Pinda (out/ 2011) e o então presidente Jakaya Kikwete (abr/2012).

Acompanhado de delegação composta por representantes governamentais ligados a áreas como agricultura, energia e finanças, o então chanceler Membe cumpriu extensa agenda, que incluiu visitas à Embraer, à UNICA, ao BNDES, à Fiocruz, a Itaipu, à Petrobras, à FIESP e à Embrapa, além de encontros com autoridades dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, de Minas e Energia e dos Esportes.

Em sua visita, o então PM Pinda cumpriu agenda de encontros em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Em encontros com ministérios temáticos brasileiros, o PM tanzaniano manifestou o interesse de seu país em beneficiar-se da cooperação brasileira em áreas como desenvolvimento agrário, promoção da segurança alimentar e universalização do acesso à energia. Pinda mostrou-se convencido da importância, para o continente africano, da experiência brasileira no combate à fome e à pobreza e defendeu que o Brasil teria papel fulcral a desempenhar na capacitação de recursos humanos na Tanzânia, em particular no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura em seu país.

Em 2012, o então presidente Kikwete realizou visita de trabalho ao Brasil, no contexto de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo

Aberto (OGP, no acrônimo em inglês). Na ocasião, o chefe de estado tanzaniano visitou o Centro de Hortaliças da EMBRAPA e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em São Paulo, manteve encontro com o ex-presidente Lula.

Desde meados de 2012, embora não tenha havido registro de visitas bilaterais de alto nível até abr/2018, o diálogo entre Brasil e Tanzânia permaneceu fluido e foram desenvolvidas iniciativas promissoras nos campos de agricultura, segurança alimentar, defesa, energia e comunidades expatriadas, entre outras.

A retomada das visitas de alto nível deu-se em abril de 2018, quando o Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, visitou Dar es Salam com intuito de redinamizar as relações bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre Brasil e Tanzânia, ao abrigo do qual realizou-se a I Reunião de Consultas Políticas, copresidida pelo subsecretário brasileiro e pela vice-ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação com a África Oriental, Susan Alphonse Kolimba.

Entre as iniciativas de cooperação desenvolvidas nos últimos anos, sobressai o projeto regional de "Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Victoria", também conhecido como projeto Cotton Victoria, cuja idealização remonta à visita ao Brasil do primeiro-ministro Mizengo Pinda, em 2011.

Projeto Cotton Victoria

Iniciado em dez/2016 o projeto envolve a melhoria da cadeia de produção de algodão no Quênia, Burundi e Tanzânia. Por contar com boas instalações e infraestrutura, a cidade de Mwanza, na Tanzânia, onde o Lake Zone and Agricultural Research and Development Institute, o LZARDI, mantém centro de pesquisas, foi escolhida para sediar o projeto.

Entre as ações previstas, destacam-se o desenvolvimento de sistemas de produção, a avaliação e a distribuição de sementes, o fortalecimento e adequação de infraestruturas físicas, a ampliação da capacidade institucional e o aperfeiçoamento de recursos humanos para melhor utilização e difusão de tecnologias de produção de algodão e de sementes. É digna de nota a preocupação com a análise da cadeia produtiva do algodão e de sua sustentabilidade econômico-financeira nos países envolvidos (Tanzânia, Burundi e Quênia).

Além do Cotton Victoria, também está em fase de implementação projeto triangular do Brasil na Tanzânia, com a participação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), intitulado "Cooperação Sul-Sul para promoção do trabalho decente

em países produtores de algodão na África e América Latina", firmado em 2015, com objetivo de contribuir para promoção do trabalho decente, com ênfase nos direitos e princípios fundamentais do trabalho e a melhoria das condições laborais em países em desenvolvimento produtores de algodão.

Cooperação na área de saúde

A ABC indicou a possibilidade de implementação, no futuro próximo, de duas iniciativas na área de saúde, em atendimento a demandas do governo tanzaniano. A primeira seria voltada para o tratamento da anemia falciforme, enfermidade responsável por elevado índice de mortalidade infantil. A segunda seria desenvolvida especificamente no arquipélago de Zanzibar e teria por foco cuidados materno-infantis, como forma de reduzir o índice de mortalidade infantil. As tratativas para o envio de missão prospectiva da ABC estão em curso.

ASSUNTOS CONSULARES

Em jun/2017, foi autorizada a criação de consulado honorário do Brasil em Zanzibar, único na Tanzânia.

A Embaixada do Brasil na Tanzânia também é responsável pela jurisdição de Comores e Seicheles.

COMUNIDADE BRASILEIRA

Com base nos registros de matrícula consular e nos serviços consulares prestados ao longo de 2017, na jurisdição de Dar es Salam (Tanzânia, Comores e Seicheles), existem 131 cidadãos brasileiros matriculados (em total estimado de 180). A comunidade brasileira é composta, majoritariamente, de missionários e funcionários de empresas brasileiras e estrangeiras com atividades na Tanzânia. Cerca de 3.000 brasileiros visitam a Tanzânia anualmente, em sua maioria na qualidade de turistas. Ainda em relação às estatísticas de 2017, não há registro de brasileiros presos na jurisdição de Dar es Salam.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

A Tanzânia, com dívida de US\$ 236 milhões, decorrente de financiamento de exportações brasileiras de bens e serviços destinados à construção da Rodovia Morogoro-Dodoma, em 1979, ocupava a posição de terceiro maior devedor em atraso com o Brasil. Em setembro de 2016, o Senado Federal aprovou projeto de acordo para perdão de 86% da dívida da Tanzânia com o Brasil e reescalonamento dos restantes 14% em duas parcelas iguais de US\$ 16,69 milhões, pagas em 15/11/2017 e 15/5/2018. O acordo foi assinado em setembro de 2017.

O equacionamento definitivo da questão da dívida constitui passo fundamental para normalizar as relações econômico-comerciais bilaterais, uma vez que permite a abertura de novos canais de financiamento de projetos que tenham a participação de empresas brasileiras, sobretudo na área de infraestrutura, incremento dos negócios e financiamento de exportações, o que deverá favorecer as trocas comerciais entre os dois países.

POLÍTICA INTERNA

Introdução

Como já observado, a Tanzânia distingue-se, na África Subsaariana, pela significativa estabilidade política que experimenta desde a independência, bem como pela maturidade de suas instituições. A Tanzânia foi um dos primeiros países africanos a aderir à Parceria para Governo Aberto (OGP), em setembro de 2011, integrando, ainda, o Comitê Diretor da iniciativa. O país tem, ademais, tradição de liberdade de imprensa e costuma ser bem qualificado em ranking elaborado pela ONG Repórteres sem Fronteiras.

Período pós-colonial e união entre Tanganica e Zanzibar

Em 1954, sob a liderança de Julius Nyerere (1922-1999), foi criada a União Nacional Africana da Tanganica (TANU), cujo principal objetivo era alcançar a soberania nacional para Tanganica. Em 1960, Nyerere tornou-se ministro do território da Tanganica, então administrado pelo Reino Unido. Em 1961, o território conquistou a independência, após processo de emancipação relativamente pacífico. Nyerere, então, tornou-se primeiro-ministro e instaurou regime de partido único.

Em 1963, líderes revolucionários proclamaram a independência do arquipélago de Zanzibar, ao depor a antiga dinastia omani, que, por séculos, exercera domínio sobre a costa oriental da África. Em 1964, Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar a República Unida da Tanzânia. Nos termos da União de 1964, Zanzibar possui status de território autônomo e mantém poderes executivo, legislativo e judiciário próprios. O presidente de Zanzibar é considerado chefe de governo para assuntos relativos ao Arquipélago, o qual não dispõe, entretanto, de ministérios dos negócios estrangeiros e defesa, compartilhados com o continente.

Com a criação da Tanzânia, em 1964, Julius Nyerere tornou-se presidente. Nyerere manteve-se à frente da presidência até 1985 e dominou o cenário político do país enquanto permaceu vivo, com projeto que foi considerado por muitos como socialista. Considerado "Pai da Nação" ("Baba wa Taifa", em suaíli), sua influência

ultrapassou as fronteiras do país, convertendo-o em referência na história da África contemporânea.

Reformas políticas e fim do unipartidarismo

Com a saída de Nyerere da Presidência, em 1985, a assunção do cargo de presidente da República coube a Ali Hassan Mwinyi. Mwinyi adotou reformas políticas que culminaram com a instituição do multipartidarismo em 1992. Desde então, todos os Presidentes da Tanzânia foram eleitos e reeleitos para mandatos de 5 anos, e nenhum foi reconduzido ao cargo por uma terceira vez. A nova situação deu ensejo a certa polarização da política tanzaniana: de um lado, como herdeiro legítimo da TANU e partido dominante, surgiu o Chama Cha Mapinduzi (CCM – Partido Revolucionário do Estado) e, como partidos de oposição, a Frente Cívica Unida (CUF), que tem base forte em Zanzibar; e o Partido da Democracia e do Desenvolvimento (CHADEMA). Não obstante sua saída formal do cargo que ocupava, Nyerere continuou como líder do CCM até 1990, e, com o início do multipartidarismo, todos os presidentes eleitos pertenceram aos quadros do CCM.

O sucessor de Mwinyi, Benjamin William Mkapa, eleito pelo CCM em 1995, promoveu a abertura da economia do país. Seu mandato resistiu a eventos desestabilizadores, entre os quais o atentado terrorista da Al-Qaeda contra a Embaixada dos EUA, em 1998, e a recusa da CUF a reconhecer os resultados eleitorais de 2000, quando Mkapa foi reeleito com 71% dos votos válidos.

Governo Kikwete

O sucessor de Mkapa, Jakaya Kikwete, eleito em dez/2005 com 80% dos votos, tomou posse em jan/2006. Em janeiro de 2008, seu governo passou por crise política deflagrada pela demissão do primeiro-ministro Edward Lowassa, implicado em acusações de contratação fraudulenta de empresa norte-americana fornecedora de energia elétrica. Lowassa foi substituído por Mizengo Pinda, que exercia anteriormente o cargo de ministro para a Administração Regional e Governo Local. Vale recordar, contudo, que na Tanzânia, embora constitucionalmente seja chamado de Chefe de Governo, o primeiro-ministro tanzaniano possui atribuições de coordenação das atividades de Governo, inclusive dos grandes programas implementados pelo Executivo, assemelhando-se, no Brasil, ao cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil.

Nas eleições nacionais de 2010, Jakaya Kikwete reelegeu-se no primeiro turno, com 61% de votos válidos, seguido de Willibroad Slaa, do CHADEMA, com 26%. Contudo, o comparecimento às urnas foi o mais baixo desde a introdução do multipartidarismo (43%, contra a média histórica superior a 72%), o que foi

interpretado como desinteresse de setores importantes da população pelo processo eleitoral.

Por sua vez, as eleições para presidente do arquipélago de Zanzibar, realizadas igualmente em outubro de 2010, resultaram na vitória apertada do candidato do CCM, Ali Mohammed Shein, ex-vice-presidente da Tanzânia.

Apesar das críticas da oposição, que levou semanas para reconhecer a vitória de Kikwete, observadores internacionais apontaram apenas pequenos problemas no processo de registro eleitoral e na votação. No geral, a comunidade internacional demonstrou satisfação com a maneira pacífica com que o pleito foi realizado e, sem exceção, considerou as eleições livres e transparentes.

A intensificação da polarização política

Durante o segundo mandato de Kikwete, ficou claro para o CCM que o período de unipartidarismo com oposição mínima ficara para trás. O choque de realidade induzido pelo desempenho relativamente fraco (se comparado a eleições anteriores) do CCM nas eleições gerais de out/2010 foi o primeiro sinal de alerta de que o partido governista precisava renovar-se, com vistas a obter bons resultados nas eleições gerais de 2015.

Em 2011, em protesto contra o resultado das eleições indiretas para prefeito da cidade de Arusha vencidas pelo CCM, foram organizadas manifestações pelo CHADEMA, que, dado seu grande impacto, reforçaram a tensão entre o governo e os partidos de oposição. Além de dezenas de prisões, a repressão policial causou 3 mortes e deixou dezenas de feridos, entre os quais alguns deputados e a esposa do presidente do CHADEMA, Wilibroad Slaa. Arusha, segunda maior cidade do país, situada ao sopé do Kilimanjaro, constitui o principal reduto eleitoral do CHADEMA.

Revisão constitucional e formação de Assembleia Constituinte

O incidente em Arusha reacendeu no país debate sobre reforma constitucional. Inicialmente bandeira de campanha dos principais partidos de oposição, CHADEMA e CUF, a causa logo foi abraçada também por personalidades do CCM. Ratificada em 1977, a Constituição em vigor atualmente foi criada no período do unipartidarismo e é considerada, por analistas locais, como o principal fundamento da manutenção de um presidencialismo forte, com peso desbalanceado em favor do Executivo.

Diante dos clamores por revisão da Constituição, o governo procurou tomar a frente do debate. O presidente Kikwete logrou aprovar, em 2011, o “Ato de Revisão Constitucional”, que criou uma comissão responsável por conduzir a reforma constitucional, a Comissão de Reforma Constitucional (CRC). Esperava-se que a

nova Constituição fosse concluída até, no máximo, abril de 2014, quando se celebrou o 50º aniversário da União entre a Tanganica e Zanzibar.

Entretanto, a intensificação de tensões separatistas em Zanzibar e o desvelamento de casos de corrupção fortaleceram a oposição e tornaram todo o processo de revisão constitucional mais difícil. Decidiu-se que seria necessário criar nova Constituição, minutada por Assembleia Constituinte reunida para esse fim e aprovada por referendo popular.

Acirramento político em Zanzibar e a bandeira autonomista

Em Zanzibar, a vitória tradicional dos candidatos da CCM nas eleições tem suscitado contestações pela CUF e por outros grupos de oposição. Em janeiro de 2001, choques entre partidários da CUF e a polícia resultaram na morte de mais de 20 pessoas. Em 2010, foi aprovado, por referendo, novo arranjo institucional que determinou a formação de governo de união nacional no arquipélago. No contexto das eleições daquele ano, o presidente da CUF, Seif Sharif Hamad, o qual havia recebido o segundo maior número de votos, após Ali Mohammed Shein, foi nomeado vice-presidente de Zanzibar.

A formação do governo de união não logrou, contudo, arrefecer definitivamente as tensões em Zanzibar, que passaram, em alguma medida, a revestir-se de carácter separatista. Concomitantemente ao período que marcou o cinquentenário da independência de Zanzibar (1963-2013), bem como de sua união federativa com a Tanganica (1964-2014), intensificaram-se os protestos populares e as manifestações de lideranças políticas apregoando a independência do arquipélago.

As eleições de 2015 foram marcadas por novas tensões e contestações, após o primeiro resultado do pleito, em que Seif Sharif Hamad havia sido declarado vitorioso, ter sido anulado por suspeitas de irregularidades. As novas eleições não contaram com a participação da oposição, que decidiu boicotar o pleito por não reconhecer a legitimidade da decisão da comissão eleitoral, de modo que Ali Mohammed Shein foi reeleito com 91% dos votos. O episódio suscitou reação negativa, tanto no plano interno como no âmbito internacional, de modo que a imagem de solidez da democracia tanzaniana sofreu certo desgaste.

Adiamento do referendo da Constituição

Em out/2014, a Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser submetido a referendo popular, sem data definida. Logo ao final dos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna do país, os partidos de oposição ameaçaram instruir as bases a boicotar o referendo, alegando que o CCM teria mudado sobremaneira as propostas da CRC, à revelia dos interesses da

população. Uma das questões mais polêmicas do texto sugerido pela Assembleia foi o formato da união com Zanzibar. De um lado, o CCM defendia a fórmula de dois governos (Zanzibar e República Unida da Tanzânia). De outro, a CHADEMA, a CUF, entre outros grupos, apoiavam a introdução de sistema de três governos (Zanzibar, Tanganica e República Unida da Tanzânia). O argumento que a proposta de três governos teria sido adotada pela CRC, mas alterada pela coalizão governista durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, foi uma das principais justificativas para que a oposição propugnasse o boicote à realização do referendo.

Finalmente programado para ocorrer em 30 de abril de 2015, o referendo foi, contudo, adiado pela Comissão Nacional Eleitoral, que alegou problemas com o novo sistema biométrico de registo de eleitores. Nenhuma nova data foi fixada.

Governo Magufuli

John Magufuli, saído dos quadros do CCM, venceu as eleições de 2015 e tornou-se presidente da Tanzânia. Sua administração tem sido caracterizada por transformações no cenário político-institucional e econômico tanzaniano em período relativamente curto. Segundo analistas internacionais, Magufuli, tem implementado “terapias de choque” na administração pública tanzaniana, com iniciativas ousadas e medidas de austeridade no uso do dinheiro público, por meio da eliminação de “desperdícios”, do combate à corrupção e a práticas arraigadas de má gestão, além da cobrança direta de ação e resultados de seus subordinados.

Além do combate à corrupção, Magufuli tem elencado como prioridades de seu governo a implementação de programa de substituição de importações, com o favorecimento e incentivos à produção local agropecuária e, sobretudo, manufatureira; o combate ao contrabando; bem como a implementação de grandes projetos de infraestrutura, como a hidrelétrica de Stiegler's Gorge, a qual deverá tornar-se a maior da Tanzânia. Em 2017, Magufuli anunciou sua intenção de transferir o poder Executivo para a capital Dodoma, localizada a cerca de 453 km de Dar es Salam, em construção desde os anos 1970. Até o momento, apenas a sede do Parlamento foi transferida para a nova capital.

Alguns analistas internacionais acreditam que o estilo de governo de Magufuli tem inspiração na política de Julius Nyerere, da qual compartilha o viés nacionalista e autonomista. Além disso, Magufuli tem demonstrado contar com amplo apoio popular que conseguiu angariar - em particular junto à população rural e mais carente - desde os primeiros meses de mandato, ao surpreender com estilo de gestão diferenciado em relação aos antecessores, desafiando e revolucionando o “statu quo” e promovendo mudanças consideradas arrojadas e antes julgadas impossíveis.

Apesar dessa popularidade, a administração de Magufuli tem sido, nos últimos meses, objeto de denúncias de cerceamento de liberdades de imprensa e de violência contra opositores políticos. Devido a acusações de intimidação de jornalistas e interferência em veículos de comunicação, a ONG Repórteres Sem Fronteiras considera que a Tanzânia caiu 12 posições em liberdade de imprensa apenas em 2017. Em fevereiro de 2018, teve repercussão o desaparecimento e assassinato de políticos opositores, acusados pela CHADEMA de terem sido vítimas de perseguição pelo governo tanzaniano. Eventos como esses têm levado analistas políticos a alertarem para o risco de perda relativa das conquistas tanzanianas, consolidadas ao longo das últimas décadas, nas áreas de direitos humanos, da liberdade de imprensa e do pluralismo de seu sistema democrático.

Poder Legislativo

O Poder Legislativo na Tanzânia é unicameral, e cada legislatura tem duração de 5 anos. A Assembleia Nacional ou Parlamento (Bunge), cuja sede está localizada em Dodoma, é composta por 393 assentos, dos quais 264 são reservados para representantes eleitos diretamente, 113 para representantes mulheres eleitas por voto proporcional, 5 para representantes da Câmara de Deputados de Zanzibar, 10 para membros nomeados pelo presidente e 1 assento reservado para o Procurador-Geral.

Além de aprovar leis nacionais, que se aplicam a toda a República, a Assembleia Nacional aprova legislação específica, que se aplica apenas ao continente (Tanganica). Zanzibar tem a sua própria Câmara dos Deputados (Baraza La Wawakilishi), composta de 82 parlamentares.

POLÍTICA EXTERNA

Introdução

Tradicionalmente, a política externa tanzaniana se caracteriza pela defesa da paz e do desenvolvimento dos povos e pelos princípios de soberania, integridade territorial e “apropriação” africana. O país atua com discrição nos foros multilaterais e acompanha, em geral, no que diz respeito aos principais temas da agenda internacional, o consenso da União Africana (UA) e dos organismos regionais dos quais participa.

A Tanzânia privilegia as relações com seu entorno imediato. Além de ser membro fundador da Comunidade da África Oriental (EAC – bloco regional integrado pelos vizinhos Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi e, mais recentemente, Sudão do Sul), o país também é parte da Comunidade para o Desenvolvimento da

África Austral (SADC). Com isso, a Tanzânia ocupa posição singular de ser membro de dois dos agrupamentos regionais mais importantes do continente africano.

Diplomacia econômica

No plano econômico-comercial, com a saída de Julius Nyerere da cena política, em 1985, foi-se construindo paulatinamente o arcabouço do que se convencionou chamar de "diplomacia econômica tanzaniana", que tem por objetivo a promoção dos interesses econômicos do país no plano externo, por meio de políticas de promoção de exportações, de captação de investimentos e de transferência de tecnologias.

A importância dessa "diplomacia econômica" se deve, entre outros fatores, à significativa dependência histórica em relação a ajuda externa para equilibrar as contas nacionais. Parte substancial (que já foi de 40%, situando-se mais recentemente na casa dos 20%, est 2016, segundo o Banco Mundial) do orçamento público tanzaniano é financiado por fontes externas, em geral dos parceiros para o desenvolvimento: países desenvolvidos ocidentais, capitaneados pelos EUA, Canadá e União Europeia, com destaque para o papel dos países escandinavos, aliados tanzanianos desde os tempos de Nyerere, e do Reino Unido, além do Japão e da Coreia do Sul. Dentre as prioridades do atual governo Magufuli destaca-se a redução da dependência de ajuda externa, em geral associada a condicionais.

Comunidade da África Oriental (EAC)

Trata-se, como já observado, de importante mecanismo regional que constitui atualmente uma união aduaneira. Além da Tanzânia, integram a EAC Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi e Sudão do Sul. Criada em 2000, a EAC está sediada na Tanzânia, na cidade de Arusha. A comunidade abriga mais de 150 milhões de cidadãos (22% em áreas urbanas) espalhados por 1,8 milhão de km² e é responsável por um PIB de cerca de US\$ 146 bilhões (est. da EAC para 2016). Analistas indicam que, desde a instauração da união aduaneira, em 2005, a Tanzânia tem sido o país que mais colhe benefícios com o incremento do comércio regional.

Estados Unidos da América (EUA)

Os EUA estabeleceram relações diplomáticas com a Tanzânia em 1961 (então Tanganica) e têm no país um de seus principais parceiros no continente, tanto em termos econômico-comerciais quanto políticos. Contribuem significativamente para a densidade das relações bilaterais a já aludida estabilidade política tanzaniana, além da tradicional imagem de país defensor da democracia e da liberdade no continente africano.

Apesar das boas relações, a anulação das eleições de 2015 em Zanzibar, e a subsequente realização de novo pleito em 2016 levou a desgaste político não somente

com os EUA, mas também com outros parceiros internacionais. Os EUA acusaram o certame de 2016 de não ter sido inclusivo nem representativo. Recentemente, o Departamento de Estado norte-americano tem tornado públicas críticas de que o espaço democrático tanzaniano tem encolhido e que acompanha com preocupação o crescimento no número de confrontos e o acirramento da violência politicamente motivada.

No que se refere à ajuda internacional, apesar dos mais recentes atritos políticos, os EUA contribuem com a Tanzânia, por meio de diversas iniciativas presidenciais e de agências governamentais, em áreas como educação, saúde e desenvolvimento econômico. O governo norte-americano figura entre os principais provedores de cooperação e ajuda internacional ao país.

O ponto alto mais recente do relacionamento bilateral foi a visita do Presidente Barack Obama, acompanhado de delegação de cerca de 500 empresários, à Tanzânia, em jul/2013, a terceira visita oficial de um chefe de estado estadunidense à Tanzânia em pouco mais de uma década (Bill Clinton, em 2000, e George W. Bush, em 2008).

Alemanha

Na última década, tem-se observado movimento de dinamização nas relações bilaterais entre Alemanha e Tanzânia, consubstanciado em trocas de visitas de alto-nível. Em 2015, o então presidente da Alemanha, Joachim Gauck, realizou visita de estado à Tanzânia, ocasião em que se fez acompanhar de numerosa missão empresarial. O foco da visita foi a promoção de relações econômico-comerciais. Gauck tornou-se o primeiro Chefe de Estado alemão a visitar a sede da EAC.

Em 2018, como forma de estimular as relações econômico-comerciais, a Associação das Câmaras de Comércio e de Indústria da Alemanha (DIHK, na sigla em alemão) abriu escritório em Dar es Salam com o nome AHK Services Eastern Africa Ltd. A iniciativa visa a criar ponto focal para companhias alemãs em busca de negócios na Tanzânia, e vice-versa. Segundo o Governo tanzaniano, há mais de 150 empresas alemãs instaladas no país com investimentos estimados em mais 300 milhões de euros. A Alemanha desempenha ainda importante papel como prestadora de cooperação e doadora de recursos à Tanzânia.

China

As relações sino-tanzanianas, que remontam a 1961, são intensas e diversificadas. A Tanzânia é hoje um dos principais recipiendários da ajuda e da cooperação chinesa na África. Desde 1964, a China vem financiando projetos de assistência à Tanzânia nas mais diversas áreas, com destaque para a “Tanzania-Zambia Railway” (TAZARA), obra de infraestrutura vital para o escoamento da

produção mineral dos dois países, que consumiu mais de US\$ 500 milhões em sua construção e sua manutenção até hoje recebe recursos do governo chinês. No campo comercial, o intercâmbio bilateral somou cerca de US\$ 3,5 bilhões em 2017, o que coloca os chineses entre os maiores parceiros comerciais da Tanzânia (terceiro, de acordo com os dados de 2017, após Índia e União Europeia).

Em 2013, o então novo presidente da China, Xi Jinping, realizou visita histórica à Tanzânia, país que foi escolhido como seu primeiro destino na África. O presidente chinês declarou, na ocasião, que a Tanzânia deveria tornar-se o novo hub de investimentos chineses no leste africano. Na sequência, desde 2014, segundo autoridades dos dois países, a Tanzânia tornou-se um dos principais destinos de investimentos chineses no continente africano, superando até mesmo a África do Sul.

Índia

A Índia é o principal parceiro comercial da Tanzânia, segundo dados de comércio referentes a 2017. Desde a visita da então ministra do Comércio e Indústria da Índia, Daggubati Purandeswari, a Tanzânia, em setembro de 2012, o comércio bilateral Índia-Tanzânia vem apresentando marcado crescimento. Dados de dezembro de 2017 indicam que a Índia é o destino de 13,8% das exportações tanzanianas, o que a coloca em segundo lugar entre os maiores compradores de produtos oriundos da Tanzânia. Do lado das importações da Tanzânia, a Índia responde por 18,1% do total de bens e serviços vendidos ao mercado tanzaniano, portanto segundo maior exportador para a Tanzânia. Em termos globais, isto é, no que diz respeito à corrente de comércio, a Índia é o maior parceiro comercial da Tanzânia.

Os valores da corrente de comércio são resultado de ofensiva comercial inédita de ambas as partes. Segundo o embaixador da Índia em Dar es Salam, Debnath Shaw, a Índia identifica complementaridades fortes entre as duas economias e tem como meta estimular os investimentos diretos indianos na Tanzânia em ramos como telefonia celular e siderurgia.

Após visita do Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh, em maio de 2011, o Governo tanzaniano chegou a anunciar apoio à pretensão indiana de assento permanente ao Conselho de Segurança da ONU.

UA

A Tanzânia é membro fundador da UA e confere grande importância ao organismo, cujas posições com relação aos principais temas da agenda internacional e regional tende a acompanhar. O país advoga a integração e solidariedade entre as nações africanas desde os tempos de Julius Nyerere, que se tornou um dos principais ícones da descolonização da África.

No que se refere a resolução de conflitos, o discurso tanzaniano no âmbito da UA se caracteriza pela defesa da democracia, dos direitos humanos e do diálogo como melhor alternativa para se alcançarem soluções políticas duradouras.

Mediação de crises no continente (RDC, Sudão do Sul e Burundi)

A Tanzânia tem atuado como mediador confiável em diversas crises regionais. Mais recentemente, os principais esforços tanzanianos de mediação têm-se concentrado na RDC, no Sudão do Sul e no Burundi. O país é um dos maiores receptores de refugiados advindos desses três países, em especial do Burundi e da RDC, razão pela qual o envolvimento tanzaniano em esforços de paz na sub-região dos Grandes Lagos afigura-se como imperativo irrenunciável.

Com relação aos desafios de segurança para a estabilização da RDC, a Tanzânia advoga tratar-se de problema que ultrapassa as fronteiras congoleesas, e que afeta toda a região dos Grandes Lagos. Dar es Salam tem mantido participação ativa e construtiva nas reuniões conjuntas das organizações regionais que tratam do tema (EAC; e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos – CIRGL), ocasiões em que defende a formação de compromissos dos países vizinhos com o enfrentamento a grupos armados e com o fortalecimento da soberania RD congoleesa. O país é o quinto maior contribuinte de tropas para a Missão da ONU para a Estabilização da RDC (MONUSCO), com 1.155 militares. Esse é o principal engajamento da Tanzânia em missões de manutenção da paz das Nações Unidas. Em dez/2017, 15 soldados tanzanianos foram mortos e 40 feridos em ataque de rebeldes contra as forças da MONUSCO, em Kivu do Norte, RDC. Trata-se da maior perda registrada de soldados tanzanianos integrantes de forças de paz da ONU e também o mais violento ataque contra “capacetes azuis” em 25 anos. Em 2015, dois soldados tanzanianos foram mortos na mesma região. Em 2018, no início de junho, mais um militar da Tanzânia foi morto.

Meses após o início do conflito civil no Sudão do Sul, o governo tanzaniano anunciou que faria parte do esforço de mediação do conflito, a pedido do presidente sul-sudanês, sem prejuízo de outras iniciativas regionais em curso. A mediação tanzaniana resultou na assinatura, em janeiro de 2015, de acordo voltado à reconciliação intrapartidária do Movimento de Libertação do Povo Sudanês (SPLM), cuja cisão, em dez/2013, está na origem do conflito. Essa reconciliação fortaleceria a formação de governo de união nacional, que, por sua vez, constitui o cerne para uma solução política para o conflito.

No que diz respeito ao Burundi, o ex-presidente tanzaniano Benjamin Mkapa foi nomeado pela EAC, em 2016, para coordenar a volta à normalidade no país e

preservar o espírito dos Acordos de Arusha, que encerraram a longa guerra civil burundiana (1993-2003).

A Tanzânia é o país que mais acolhe refugiados oriundos do Burundi. De acordo com as estatísticas recentes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o país já recebeu mais de 250 mil refugiados burundianos. Em jul/2017, com a melhoria relativa da situação de segurança no Burundi, o presidente Magufuli exortou os nacionais burundianos a retornarem a seu país de origem.

O país é, a propósito, um dos que mais contribuem em escala global para o acolhimento dos refugiados. Em out/2010, a Tanzânia anunciou a concessão de cidadania a 150 mil refugiados. Em fev/2018, no entanto, o país recuou na sua política de acolhimento a refugiados, ao anunciar sua retirada do programa “Estratégia Integrada e Abrangente para Refugiados” (CRRF, em inglês) das Nações Unidas, por alegar não ter recebido o apoio necessário da comunidade internacional para continuar a iniciativa.

Malawi

Apesar de ter fronteiras com 8 países, o único diferendo fronteiriço da Tanzânia é relativo às águas do lago Niassa (ou Lago Malawi, como é conhecido no país vizinho). O Malawi entende ter direito a toda a extensão das águas do referido lago, segundo o Tratado de Heligoland, assinado entre a Alemanha imperial e o Império Britânico, em tempos coloniais. A Tanzânia refuta a interpretação e defende a divisão das águas pela linha mediana.

A União Africana tentou mediar a disputa, com o estabelecimento de uma comissão, composta por ex-presidentes da África do Sul, de Botsuana e de Moçambique, que ainda não produziu resultados concretos. O Malawi ameaça recorrer à Corte Internacional de Justiça para solucionar o pleito, medida que a Tanzânia considera extrema. O interesse de ambos os países aumentou desde a detecção de possíveis reservas de hidrocarbonetos no subsolo do lago.

ECONOMIA

Com a manutenção de um dos maiores índices de crescimento do PIB, em termos reais, de toda a África (e do planeta), a Tanzânia alcançou progressos sensíveis na melhoria das condições de vida de sua população, embora o país ainda tenha um dos menores índices de renda per capita do mundo. Após o Quênia, o país é a maior economia da África Oriental, região que mais cresce no continente. Ademais,

a capital, Dar es Salam é o centro urbano com maior taxa de crescimento econômico de todo o continente africano.

A economia tanzaniana tem crescido com base em sua extensa riqueza natural, no turismo e em obras recentes na área de infraestrutura. Os investimentos maciços em transporte (rodovias, ferrovias e portos) e energia devem constituir o principal motor do crescimento econômico nos próximos anos, com a expectativa de taxa de formação de capital com média anual de 7,1% na próxima década.

A agricultura é responsável por cerca de 65% do emprego da população economicamente ativa, e gera algo em torno de 25% do PIB tanzaniano. A extração de ouro cresceu em anos recentes e se tornou importante item da pauta de exportação (representa 35% do total exportado pelo país). Apesar da importância do setor primário, a propriedade da terra é exclusivamente do governo da Tanzânia, que pode arrendá-la por até 99 anos. Propostas para tornar privada a propriedade da terra não contam com apoio popular.

Embora a produção atual de gás natural tanzaniano seja pequena, o país apresenta grande potencial de produção e exportação, na forma de gás natural liquefeito. As reservas comprovadas são da ordem de 650 milhões de metros cúbicos, mas a partir de 2010 consórcios de empresas europeias e norte-americanas fizeram descobertas em blocos marítimos que podem elevá-las de forma significativa. Pioneira em investimentos na exploração petrolífera e de gás natural *offshore*, a Petrobrás obteve concessão para exploração em 3 blocos *offshore* na Tanzânia, em parceria com a Shell e com a Statoil. Em junho de 2013, as operações da Petrobrás África foram transferidas para "joint venture" formada por Petrobrás e Banco BTG, dando origem à PETAN. O empreendimento foi descontinuado pela Petrobrás, após o insucesso nas operações de exploração, bem como em função de políticas de desinvestimento da empresa no exterior.

A política econômica do presidente John Magufuli se caracteriza pela orientação desenvolvimentista, com ênfase na substituição de importações, com vistas à promoção da indústria nacional e à autossuficiência em diversos setores. Em paralelo, o governo tanzaniano tem buscado gerar saldos orçamentários (redução de gastos correntes com salários, combate à evasão fiscal, controle das isenções fiscais), como forma de reduzir a dependência do país em relação à já aludida ajuda externa (que já chegou a representar 40% do orçamento e hoje se situa em torno de 20%). Os recursos gerados pelas medidas econômicas têm sido usados para projetos que estimulam o desenvolvimento do país. As medidas de ajuste adotadas levaram à

contração da massa monetária circulante, o que desacelerou o crescimento em 2017, cerca de 6,8%, ainda assim um dos mais elevados da África.

Sob o ponto de vista macroeconômico, o país mantém fundamentos sólidos. A inflação segue sob controle, em torno de 5 a 5,5% no período de 2015 a 2017, o déficit nas contas públicas declinou de 4,2 % em 2015 para 3 % em 2017 e a moeda tanzaniana (shilling ou xélim) tem-se mantido relativamente estável nos últimos 3 anos. No longo prazo, a administração Magufuli tenciona manter a estabilidade cambial por meio de medidas tendentes a "desdolarizar" práticas comerciais, com a proibição de que o comércio varejista negocie em outras moedas que não a local, salvo poucas exceções como o setor turístico. O nível das reservas internacionais do país também registrou incremento notável nos últimos dois anos, e alcançou quase 5 bilhões de dólares em 2017 (contra 4,1 em 2015).

Contudo, o setor financeiro, em geral, e o sistema bancário local, em particular, também sofrem os efeitos da já mencionada retração da massa monetária e do meio circulante, em função das medidas de austeridade e de combate à evasão fiscal e à corrupção. Como resultado, tem sido observado o aumento da inadimplência e a diminuição dos depósitos bancários. Desde o final de 2017, o governo reduziu taxas de juros e ampliou o crédito, como forma de remediar a situação e afastar temores de risco sistêmico.

No plano multilateral, a Tanzânia é membro atuante da OMC, cujos princípios basilares defende, com ênfase voltada para as especificidades das nações em desenvolvimento, e dentre essas as de menor desenvolvimento relativo (PMDR). Da mesma forma, o governo tanzaniano participa de outros arranjos multilaterais econômicos como os acordos da ACP (África Caribe e Pacífico), além do Sistema Geral de Preferências (SGP).

Nas contas externas, a balança comercial da Tanzânia mostra resultados estruturalmente negativos, compensados por superávits na conta capital e financeira. A demanda interna por petróleo e bens de consumo responde por importações historicamente elevadas, que não são equilibradas pelas exportações. Contribui ainda para o elevado valor das compras externas a manutenção de robusto crescimento econômico, o que mantém aquecida a demanda interna, suprida, em grande medida, por bens importados, dada as limitações da oferta local. As importações tanzanianas cresceram a ritmo acelerado na última década: de US\$ 3,25 bilhões, em 2005 passaram para mais de US\$ 20 bilhões, em 2015, e caíram para cerca de US\$ 12,6 bilhões, em 2016. Em que pesem as políticas destinadas à substituição de importações implementadas pela administração Magufuli, ainda é cedo para avaliar

se teve início tendência de reversão significativa das importações, mas é fato que o valor importado em 2016 caiu quase pela metade (US\$ 7,9 bilhões).

Comércio bilateral

A balança comercial bilateral é historicamente favorável ao Brasil (as exportações da Tanzânia para o Brasil são praticamente inexistentes). O intercâmbio comercial, no entanto, ainda está aquém do potencial dos dois países, se forem considerados fatores objetivos, como o PIB tanzaniano e a porcentagem das trocas com o Brasil no intercâmbio total daquele país. A corrente de comércio bilateral chegou a experimentar período de crescimento notável, sempre crescente, de 2002 a 2012. O incremento das trocas pode ser explicado, entre outros fatores, pelo momento econômico favorável no Brasil e pela realização de missões empresariais, que se seguiram a visitas bilaterais de alto nível, especialmente entre 2010 e 2012, ano em que o Brasil exportou quase US\$ 67 milhões para a Tanzânia. De 2013 a 2016, no entanto, o comércio entre os dois países passou por período de retração. Em 2017 (últimos dados disponíveis), registrou-se recuperação e o acumulado no ano chegou a quase US\$ 30 milhões. O retraimento observado recentemente no fluxo de comércio com o Brasil é explicado por fatores, entre outros, como a crise econômica brasileira, além de maciços investimentos em promoção comercial no mercado tanzaniano por parte de outras economias emergentes, como Turquia, Coreia do Sul, China, Índia, Vietnã, África do Sul, Egito e países do Golfo, que têm ocupado espaço anteriormente preenchido pelo Brasil.

No comércio bilateral, o açúcar brasileiro tem participação significativa na pauta de importações da Tanzânia. O governo Magufuli planeja produzir em território tanzaniano a “commodity”. Autoridades locais, de um lado, têm procurado a embaixada brasileira para solicitar investimentos no setor. A Embaixada da Tanzânia em Brasília, de outro lado, iniciou contato com empresas produtoras de cana-de-açúcar no Brasil.

Investimentos

Além do recente equacionamento da dívida tanzaniana com o Brasil, que permite a abertura de novos canais de financiamento de projetos que tenham a participação de empresas brasileiras, sobretudo na área de infraestrutura, incremento dos negócios e financiamento de exportações, o Brasil defende a assinatura de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI) com a Tanzânia. Trata-se de modelo de acordo de investimentos desenvolvido pelo governo brasileiro, que busca fomentar a cooperação institucional e a facilitação dos fluxos mútuos de investimentos entre as partes, o que é realizado por meio do estabelecimento de

mecanismo intergovernamental bilateral para divulgação de oportunidades, intercâmbio de informações e lançamento de iniciativas de facilitação de negócios.

A empresa paranaense Green Best Solutions (GBS) integra consórcio responsável pela implementação de programa de tratamento de resíduos sólidos na área metropolitana de Dar es Salam, com a construção de dois aterros sanitários. Há, contudo, perspectivas para oportunidades de investimentos em escala maior, decorrentes dos grandes programas de infraestrutura idealizados pelo presidente Magufuli. Até o momento, duas construtoras nacionais demonstraram interesse em participar das licitações em curso, bem como das próximas, para a construção de usinas hidrelétricas e aeroportos.

A construção da hidrelétrica de “Stiegler’s Gorge”, em especial, que será o maior complexo de produção de energia do país, com 2.100 MW (a capacidade instalada atualmente na Tanzânia é de 1500MW), representa a iniciativa de maior porte com potencial concreto de participação de empresa sediada no Brasil. A hidrelétrica de “Stiegler’s Gorge” será construída na reserva ambiental de “Seous Game”, a segunda maior da África. O projeto tem gerado objeção internacional, inclusive da UNESCO, pois se trata de patrimônio da humanidade desde 1982, em razão do temor do impacto ambiental da empreitada. Apesar disso, o presidente Magufuli está determinado a manter o cronograma delineado.

Outra possibilidade de atrair investimentos brasileiros seria criada caso ocorresse a inclusão do etanol na matriz energética da Tanzânia. A UNIDO, em estudo-piloto realizado em Zanzibar, apontou o etanol como melhor combustível para substituição do carvão em fogões, o que reduziria o problema de dano ambiental causado pela queima de florestas. Além disso, o álcool em forma anidra pode ser adicionado à gasolina automotora e reduzir a dependência externa de petróleo.

O exitoso sistema nacional de produção e utilização do etanol, construído ao longo de 40 anos de progressos científicos nacionais tem sido levado a diversos países de clima tropical, que hoje não apenas produzem açúcar de maneira muito mais eficiente, mas, também, reduzem necessidades de importação de combustíveis fósseis (a Tanzânia importa quase todo o combustível de hidrocarbonetos que utiliza, exceto gás). O Brasil tem larga experiência, ainda, na produção de eletricidade a partir do bagaço da cana.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1886	Alemanha mantém esfera de influência sobre o território da Tanganica continental e Inglaterra mantém protetorado sobre o sultanato de Zanzibar
1919	Após a 1ª Guerra Mundial, a Liga das Nações concede à Inglaterra protetorado sobre Tanganica
1961	Tanganica torna-se independente sob a liderança do primeiro-ministro Julius Nyerere
1962	Tanganica torna-se república sob a presidência de Nyerere
1963	Zanzibar torna-se independente
1964	Tanganica e Zanzibar unem-se para formar a Tanzânia, sob a presidência de Julius Nyerere
1977	Partido da Revolução (CCM) é criado pela fusão dos partidos Tanganyika African National Union e Zanzibar Afro-Shirazi e declarado partido único
1978	Uganda ocupa parte do território tanzaniano
1979	Tanzânia invade Uganda, ocupa a capital Kampala e auxilia na derrubada de Idi Amin
1985	Julius Nyerere aposenta-se e é substituído pelo vice-presidente Ali Mwinyi, oriundo de Zanzibar
1992	Emenda à constituição restabelece o multipartidarismo
1995	Benjamin Mkapa é eleito presidente no primeiro pleito multipartidário da Tanzânia
1999	Assinatura do acordo de constituição da EAC por Quênia, Tanzânia e Uganda
2000	Mkapa é reeleito com 72% dos votos
2001	Impasse político em Zanzibar atinge seu ápice com choque entre partidários da CUF e a polícia que resultam na morte de mais de 20 pessoas
2005	Jakaya Kikwete é eleito presidente com 80% dos votos
2005	Instituída a união aduaneira entre os países da EAC
2007	Ruanda e Burundi se unem à EAC
2009	Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda e Burundi assinam acordo de mercado comum para a Comunidade da África Oriental. O mercado comum entra em vigor em 2010
2010/jul	Entra em vigor o acordo que criou a EAC
2010	O Presidente Jakaya Kikwete reelege-se com 61% dos votos válidos

2010	Em Zanzibar, são realizadas eleições presidenciais locais de forma pacífica, após o acordo de reconciliação entre o CCM e a CUF. Vence Ali Mohammed Shein, do CCM
2011	Em Arusha, repressão policial a manifestações organizadas pelo CHADEMA, em protesto contra o resultado das eleições para prefeito da cidade, resulta na morte de 3 pessoas e deixa dezenas de feridos
2011	Todos os membros do Comitê Executivo Nacional do CCM pedem demissão de seus cargos, o que possibilita a Kikwete renovar os quadros dirigentes do partido
2011	Foi aprovado o “Ato de Revisão Constitucional”, que criou a Comissão de Reforma Constitucional (CRC)
2013	A CRC concluiu primeira fase de consultas diretas à sociedade e reuniu propostas de revisão que seriam posteriormente analisadas pela Assembleia Constituinte
2014/jan	A Assembleia Constituinte foi instaurada
2014/out	A Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser aprovado em referendo popular
2015/abr	O referendo popular sobre o projeto de Constituição foi adiado <i>sine die</i>
2015/out	Ocorrem eleições parlamentares e presidenciais. John Magufuli é eleito presidente da Tanzânia
2016	O Sudão do Sul se torna o sexto membro da EAC

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1970	Estabelecimento das relações diplomáticas
1979	Abertura de Embaixada do Brasil residente em Dar es Salam
1980	Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro realiza visita de trabalho à Tanzânia
1981	Benjamin Mkapa, então ministro da Cultura e Informação, realiza visita de trabalho ao Brasil.
1991	Embaixada do Brasil é desativada temporariamente por motivos orçamentários
2004	Encontro entre o então presidente Lula da Silva e o então presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa em Xangai, à margem de reunião do Banco Mundial
2005	Reaberta a Embaixada do Brasil residente em Dar es Salam
2006	Visita a Brasília da então chanceler tanzaniana Asha-Rose Migiro
2006	Assinado Acordo Quadro de Cooperação Técnica

2006	Assinado acordo para criação de Comissão Mista bilateral
2008	Realização, em Dar es Salam, da I Reunião da Comissão Mista bilateral.
2010/maio	Visita ao Brasil dos então vice-ministros da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas, David Mathayo David, e do Desenvolvimento Pecuário, James Wanyancha, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural
2010/maio	Visita ao Brasil do então ministro de Energia e Minerais, William Ngeleja e reunião de trabalho com integrantes da Petrobras para análise de possibilidades de cooperação na área de energia e biocombustíveis
2010/julho	Visita do então presidente Lula à Tanzânia, acompanhada do MRE e comitiva empresarial
2010/julho	Missão técnica brasileira visita Dar es Salam com o objetivo de avaliar alternativas para reestruturação da dívida externa
2010/setembro	Visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Bernard Membe
2011/março	Envio de missão da Fundação Getúlio Vargas a Dar es Salam para realização de estudo da viabilidade de produção de biocombustíveis na Tanzânia
2011/outubro	Visita ao Brasil do então primeiro-ministro da Tanzânia, Mizengo Pinda.
2012/abril	Visita ao Brasil do então presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, por ocasião de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP).
2012/setembro	Início da cooperação na área de defesa, com a visita do Adido de Defesa e Naval em Pretória, CMG Paulo Cesar Demby Corrêa a Dar es Salam
2013/janeiro	Visita ao Brasil do então Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de Ciência e Tecnologia (COSTECH), professor Hassan Mshinda por ocasião da assinatura de Memorando de Entendimento entre aquela Comissão e a Fiocruz
2014/julho	Visita ao Brasil do então Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (TPDF), General Davis Mwamunyange
2014/dezembro	Realização de missão da EMBRAPA no âmbito do projeto de cooperação <i>Cotton Victoria</i>
2017/junho	Criação de consulado honorário do Brasil em Zanzibar
2017/setembro	Assinatura do acordo bilateral de reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil
2018/abril	Assinatura do Memorando de Entendimento para a criação de

	mecanismo de consultas bilateral. Realização da I Reunião de Consultas Políticas Brasil- Tanzânia, em Dar es Salam
--	--

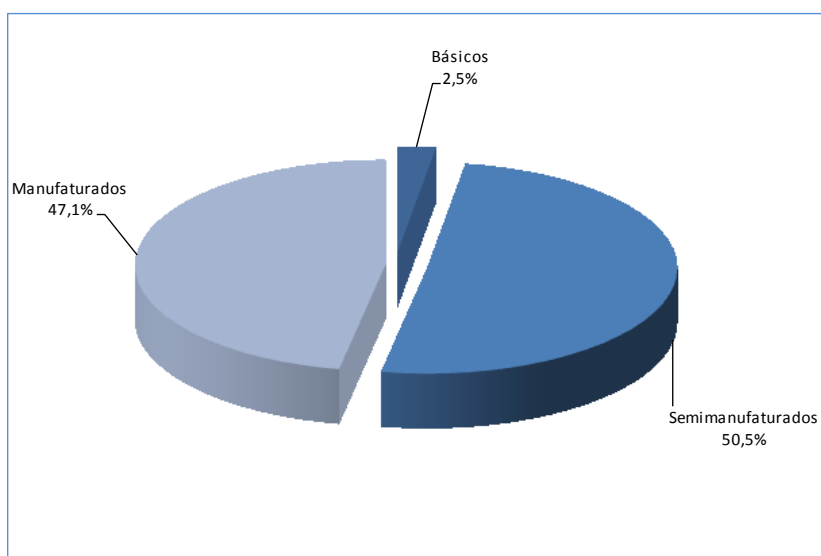
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência	Publicação
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor	02/09/2010
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor	22/05/2006
Acordo entre o Brasil e a Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	22/08/2008	Em vigor	13/08/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	22/08/2008	Em vigor	10/06/2010
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia	22/08/2008	Em vigor	28/08/2008

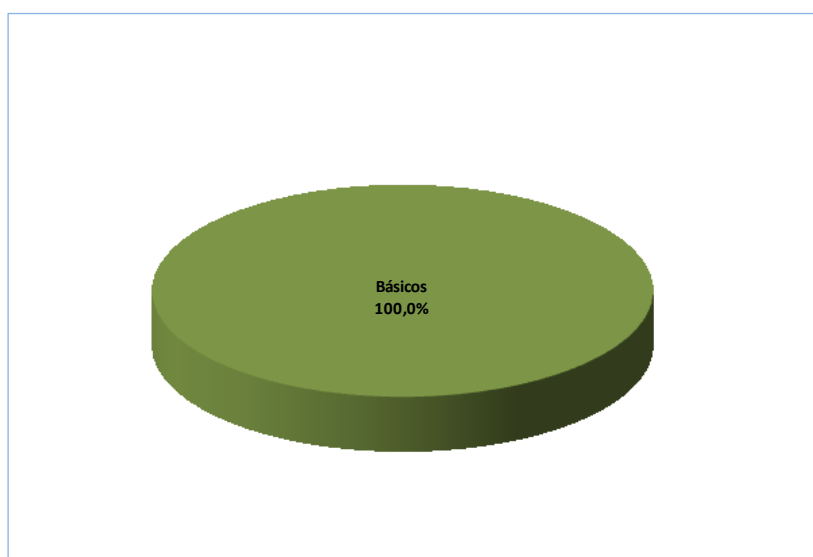
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



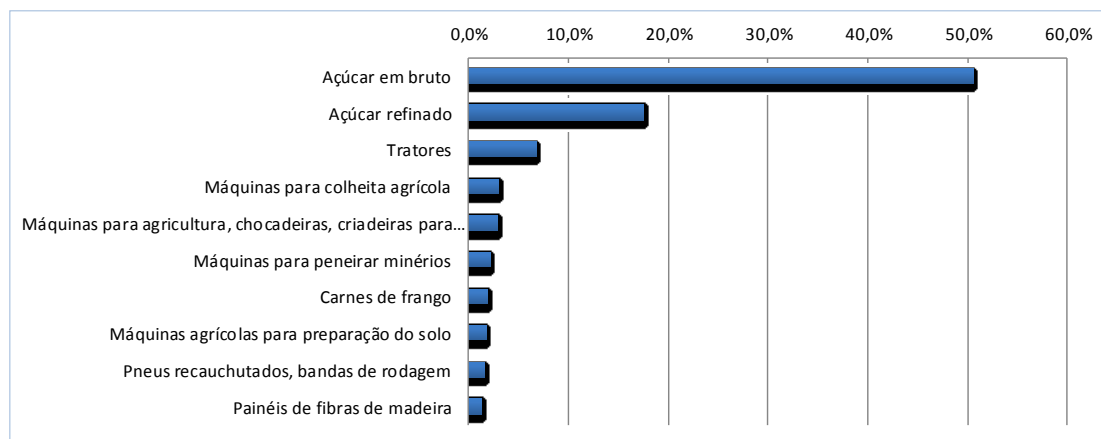
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Tanzânia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar em bruto	1.392	8,3%	3.626	20,2%	15.070	50,5%
Açúcar refinado	4.007	23,9%	5.185	28,8%	5.203	17,4%
Tratores	227	1,4%	209	1,2%	2.006	6,7%
Máquinas para colheita agrícola	2.905	17,3%	2.809	15,6%	868	2,9%
Máquinas para agricultura, chocadeiras, criadeiras para avicultura	4	0,0%	20	0,1%	850	2,8%
Máquinas para peneirar minérios	0	0,0%	0	0,0%	637	2,1%
Carnes de frango	537	3,2%	628	3,5%	541	1,8%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	389	2,3%	272	1,5%	523	1,8%
Pneus recauchutados, bandas de rodagem	879	5,2%	603	3,4%	457	1,5%
Painéis de fibras de madeira	980	5,8%	386	2,1%	361	1,2%
Subtotal	11.321	67,5%	13.737	76,4%	26.515	88,8%
Outros	5.459	32,5%	4.245	23,6%	3.330	11,2%
Total	16.779	100,0%	17.982	100,0%	29.845	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

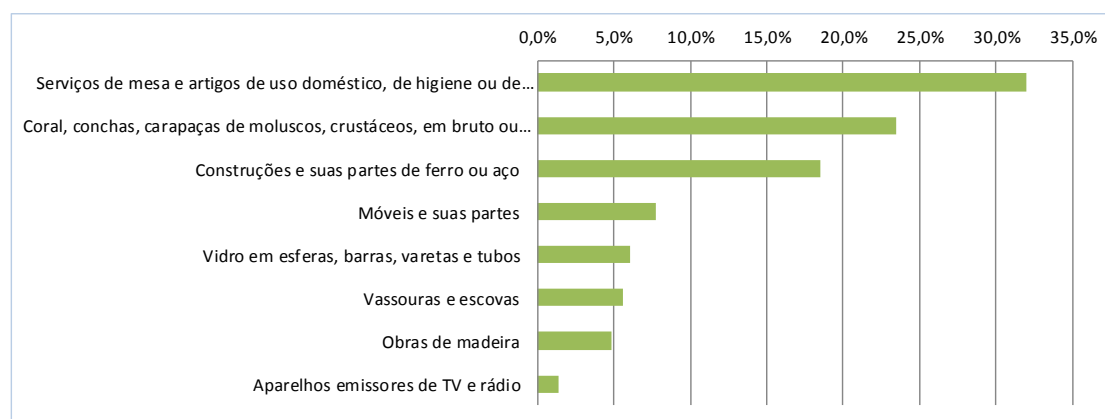


Composição das importações brasileiras originárias da Tanzânia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Serviços de mesa e artigos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de plástico	0	0,0%	0	0,0%	16,8	32,0%
Coral, conchas, carapaças de moluscos, crustáceos, em bruto ou preparados	10,4	51,7%	0	0,0%	12,3	23,4%
Construções e suas partes de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	9,8	18,5%
Móveis e suas partes	0	0,0%	0	0,0%	4,1	7,7%
Vidro em esferas, barras, varetas e tubos	0	0,0%	0	0,0%	3,2	6,1%
Vassouras e escovas	0	0,0%	0	0,0%	2,9	5,6%
Obras de madeira	0	0,0%	0	0,0%	2,6	4,9%
Aparelhos emissores de TV e rádio	0	0,0%	0	0,0%	0,8	1,4%
Sementes e frutos oleaginosos	0	0,0%	34,9	43,5%	0,0	0,0%
Bombas para líquidos	0	0,0%	9,7	12,1%	0,0	0,0%
Subtotal	10,4	51,7%	44,6	55,7%	52,5	99,6%
Outros	9,7	48,3%	35,5	44,3%	0,2	0,4%
Total	20,1	100,0%	80,0	100,0%	52,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



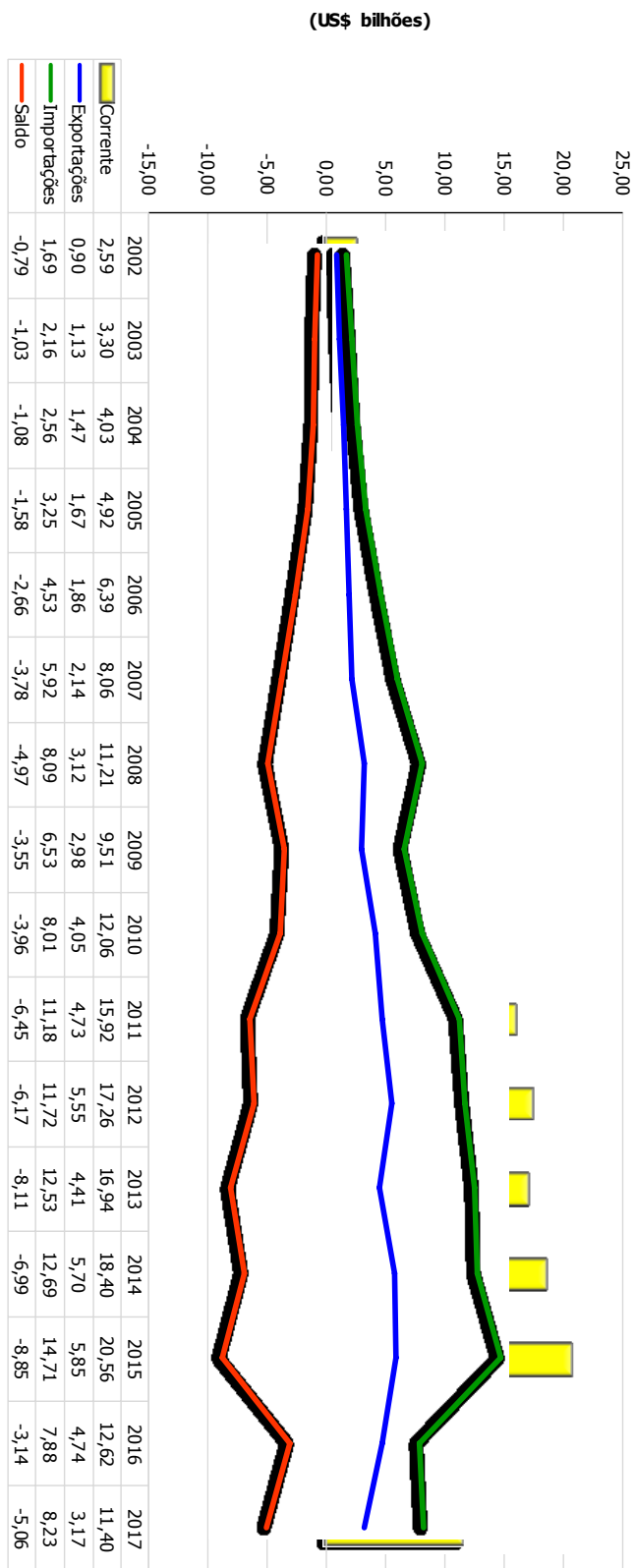
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Máquinas para colheita agrícola	503	3,4%	736	16,2%	Máquinas para colheita agrícola 16,2%
Açúcar em bruto	10.214	68,7%	575	12,7%	Açúcar em bruto 12,7%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	487	10,7%	Máquinas para terraplanagem 10,7%
Máquinas para agricultura, chocadeiras, criadeiras para avicultura	63	0,4%	365	8,1%	Máquinas para agricultura, chocadeiras, criadeiras para avicultura 8,1%
Pneus usados de borracha	124	0,8%	269	5,9%	Pneus usados de borracha 5,9%
Tratores	1.817	12,2%	265	5,8%	Tratores 5,8%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	203	1,4%	222	4,9%	Máquinas agrícolas para preparação do solo 4,9%
Pneus novos	24	0,2%	163	3,6%	Pneus novos 3,6%
Carnes de aves	112	0,8%	159	3,5%	Carnes de aves 3,5%
Papel e cartão para escrita, impressão	0	0,0%	137	3,0%	Papel e cartão para escrita, impressão 3,0%
Subtotal	13.060	87,8%	3.378	74,5%	
Outros	1.809	12,2%	1.156	25,5%	
Total	14.869	100,0%	4.534	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Caixas de fundição	0	0,0%	113	49,6%	Caixas de fundição 49,6%
Móveis e suas partes	0	0,0%	46	20,2%	Móveis e suas partes 20,2%
Serviços de mesa e artigos de uso doméstico, de higiene ou de tocador, de plástico	0	0,0%	35	15,4%	Serviços de mesa e artigos de uso doméstico, de higiene ou de tocador, de plástico 15,4%
Vassouras e escovas	0	0,0%	14	6,1%	Vassouras e escovas 6,1%
Construções e suas partes de ferro ou aço	0	0,0%	9	3,9%	Construções e suas partes de ferro ou aço 3,9%
Chaves de porcas manuais, chaves de caixa intercambiáveis	0	0,0%	7	3,1%	Chaves de porcas manuais, chaves de caixa intercambiáveis 3,1%
Transformadores elétricos	0	0,0%	1	0,4%	Transformadores elétricos 0,4%
Coral, conchas, carapaças de moluscos, crustáceos, em bruto ou preparados	12	69,0%	0	0,0%	
Subtotal	12	69,0%	225	98,7%	
Outros produtos	5	31,0%	3	1,3%	
Total	17	100,0%	228	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

Comércio Tanzânia x Mundo

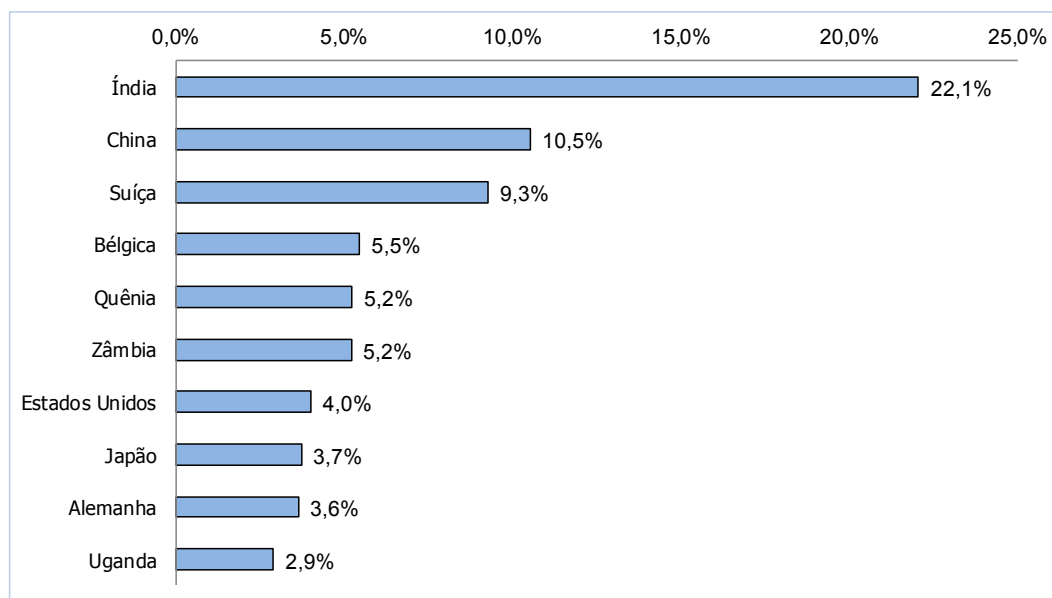


Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, June 2018.

Principais destinos das exportações da Tanzânia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Índia	700	22,1%
China	334	10,5%
Suíça	294	9,3%
Bélgica	173	5,5%
Quênia	166	5,2%
Zâmbia	165	5,2%
Estados Unidos	127	4,0%
Japão	118	3,7%
Alemanha	115	3,6%
Uganda	92	2,9%
...		
Brasil (77º lugar)	0,05	0,0%
Subtotal	2.284	72,0%
Outros países	890	28,0%
Total	3.174	100,0%

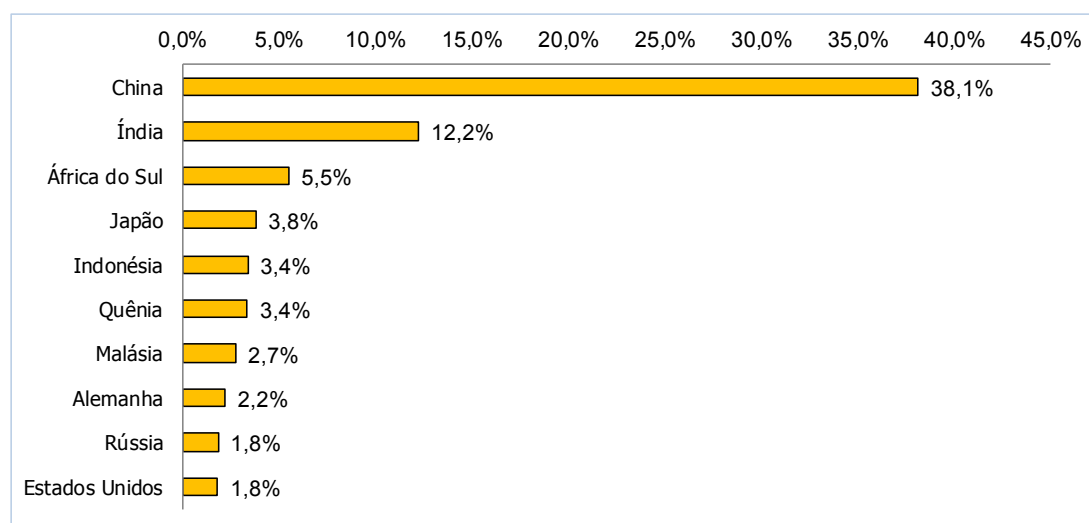
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.



Principais origens das importações da Tanzânia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	3.136	38,1%
Índia	1.006	12,2%
África do Sul	452	5,5%
Japão	311	3,8%
Indonésia	277	3,4%
Quênia	276	3,4%
Malásia	225	2,7%
Alemanha	180	2,2%
Rússia	150	1,8%
Estados Unidos	149	1,8%
...		
Brasil (34º lugar)	30	0,4%
Subtotal	6.192	75,2%
Outros países	2.039	24,8%
Total	8.231	100,0%

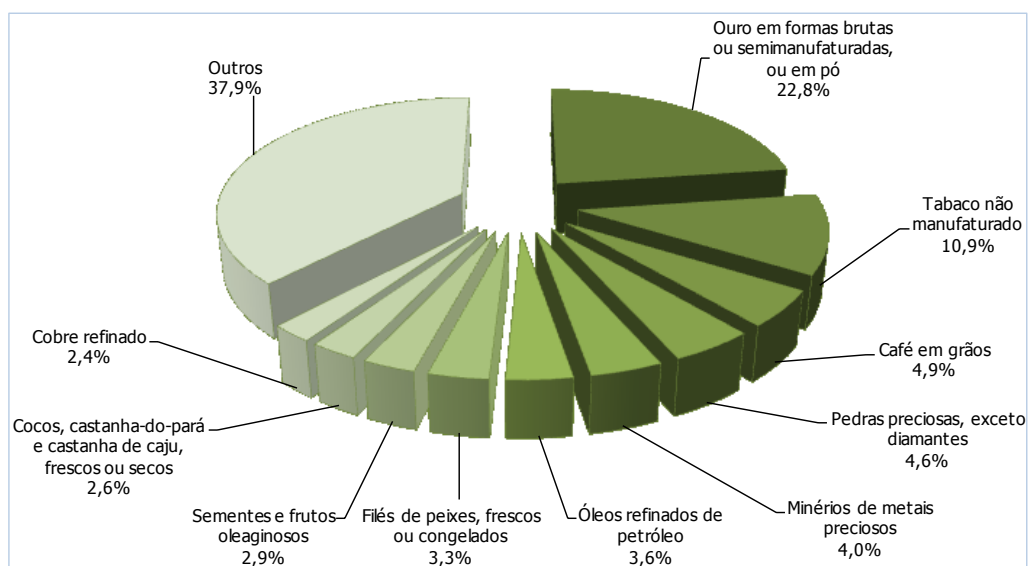
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.



Composição das exportações da Tanzânia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	725	22,8%
Tabaco não manufaturado	345	10,9%
Café em grãos	157	4,9%
Pedras preciosas, exceto diamantes	147	4,6%
Minérios de metais preciosos	126	4,0%
Óleos refinados de petróleo	115	3,6%
Filés de peixes, frescos ou congelados	105	3,3%
Sementes e frutos oleaginosos	92	2,9%
Cocos, castanha-do-pará e castanha de caju, frescos ou secos	83	2,6%
Cobre refinado	75	2,4%
Subtotal	1.970	62,1%
Outros	1.204	37,9%
Total	3.174	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

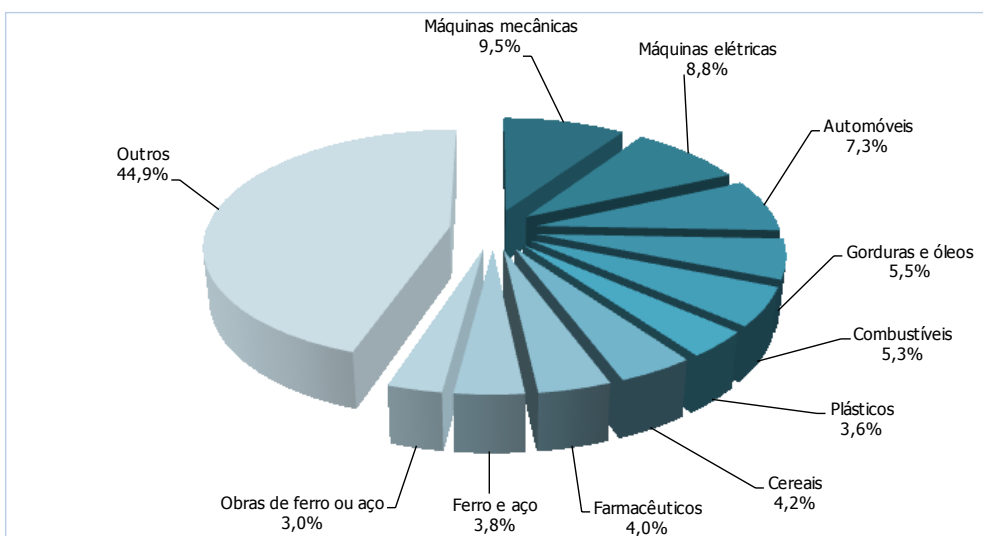


Composição das importações da Tanzânia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	782	9,5%
Máquinas elétricas	723	8,8%
Automóveis	603	7,3%
Gorduras e óleos	452	5,5%
Combustíveis	436	5,3%
Plásticos	299	3,6%
Cereais	348	4,2%
Farmacêuticos	330	4,0%
Ferro e aço	314	3,8%
Obras de ferro ou aço	246	3,0%
Subtotal	4.533	55,1%
Outros	3.698	44,9%
Total	8.231	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

10 principais grupos de produtos importados



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COMORES



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE COMORES

NOME OFICIAL:	União das Comores
GENTÍLICO:	Comoriano, comoriana
CAPITAL:	Moroni
ÁREA:	2.235 km²
POPULAÇÃO:	808.000 (est. julho 2017)
IDIOMAS OFICIAIS:	Árabe, francês e comoriano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmica sunita (98%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia da União, composta por 33 membros que cumprem mandatos de cinco anos. Do total, 24 são eleitos por maioria absoluta e nove são selecionados indiretamente por assembleias das ilhas.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Azali Assoumani (desde maio 2016)
CHANCELER:	Mohamed El-Amine Souef (desde agosto 2017)
PIB NOMINAL (FMI, 2017):	US\$ 652 milhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (FMI, 2017):	US\$ 1,3 bilhão
PIB PER CAPITA (FMI, 2017):	US\$ 869,01
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2017):	US\$ 1588,277
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2017):	3% (2018); 2,5% (2017); 2,2% (2016); 1% (2015); 2%(2014); 3,5% (2013); 3% (2012); 2,2% (2011); 2,1% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,497 (160ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	63,6 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO:	77,8% (CIA)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	19,6% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco comoriano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	A ser designado
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro.
EMBAIXADOR EM COMORES:	Carlos Alfonso Iglesias Puente (cumulativo)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – COMORES (fonte: MDIC) US\$ mil FOB

BRASIL → COMORES	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	1051,7	1142,5	1276,7	3215,5	2737,6	2095,8	4630,7	4274,7	2806,1	3499,3
Exportações	64,0	44,7	153,7	384,3	501,2	714,1	1493,7	1199,4	993,0	1186,0
Importações	987,7	1097,7	1123,0	2831,1	2236,4	1381,6	3136,9	3074,8	1813,0	2313,3
Saldo	-923,7	-1053	-969,3	-2446	-1735	-667,4	-1643	-1874	-820,0	-1127,3

Informação elaborada em 20/6/2018, pelo PS Augusto César Teixeira Leite e pela TS Mariana da Silva Giafferi. Revisado pelo Ministro Paulo Rocha Cypriano, em 20/6/2018

APRESENTAÇÃO

A União das Comores é um Estado federativo de regime presidencialista da África Oriental, composto pelas Ilhas Grande Comore, Mohéli e Anjouan, e localizado entre a ilha de Madagascar e o norte da costa de Moçambique. Ex-colônia francesa, o país tornou-se independente, por meios pacíficos, em 1974. A quarta ilha do arquipélago das Comores, Mayotte, permanece sob administração francesa, conforme resultado de plebiscitos realizados em 1974, em 1976 e em 2009, e possui status, atualmente, de departamento francês de ultramar. A ilha constitui território reclamado pela União das Comores. Árabe, francês e comoriano são as línguas oficiais no arquipélago, cuja população, em sua quase totalidade (98%), professa a fé islâmica sunita. O país é membro da Liga Árabe, da União Africana, da Organização para a Cooperação Islâmica e da Organização Internacional da Francofonia.

Com PIB per capita de apenas US\$ 869,01 (44ª posição entre os países africanos), Comores figura entre os países mais pobres do mundo, de modo que sua economia é muito carente de ajuda internacional. A economia do país tem apresentado taxas de crescimento econômico da ordem de 2% (2,5%, em 2017). O setor agrícola, incluída a pesca, representa cerca de 49,5% do PIB e fornece a maioria dos produtos exportados. Os principais itens de exportação são baunilha, cravo e ylang-ylang (essência para a indústria de perfumes). A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana.

Com área de 2.235 km², população estimada de 800 mil habitantes e PIB de US\$ 652 milhões (2017), a União das Comores constitui, ademais, um dos menores países do continente africano em termos territoriais, populacionais e econômicos.

As relações do Brasil com a União das Comores são relativamente recentes (estabelecidas em 2005) e ainda carecem de densidade. Apesar disso, registram-se iniciativas no plano bilateral nos últimos anos. Consulado Honorário do Brasil em Comores foi inaugurado em maio de 2015. Em 2018, teve início projeto de cooperação técnica implementado pelo Fundo IBAS, com participação do Brasil. A conclusão do processo de ratificação do Acordo de Cooperação Técnica bilateral, assinado em 2011, deverá fornecer arcabouço jurídico para o desenvolvimento de ações cooperativas no plano bilateral. Em agosto de 2016, o vice-presidente da União das Comores, Djaffar Ahmed Said, realizou visita bilateral ao Brasil, no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. O comércio

bilateral é muito reduzido, em razão das dificuldades de transporte e comunicações, do tamanho do mercado local e da baixa renda da população comoriana.

PERFIS BIOGRÁFICOS

AZALI ASSOUMANI **Presidente da República** **Chefe do Estado**



Azali Assoumani nasceu em 1959, em Mitsoudjé, cidade da ilha de Grande Comore. Oficial , ocupou diversos postos nas Forças Armadas comorianas, entre eles o de chefe do Estado Maior do Exército Nacional de Desenvolvimento (1998-1999). Em 1999, esteve à frente do movimento que depôs o presidente interino Tadjidine Ben Said Massounde, tendo assumido, na sequência, a presidência do país. Nas eleições realizadas em 2001, no contexto da reconciliação política no arquipélago, Assoumani foi confirmado no cargo, no qual permaneceu até 2006. Em observância do sistema de rotação entre as ilhas para escolha do presidente da União, Assoumani, ligado politicamente à ilha de Grande Comore, pôde reapresentar-se como candidato à presidência em 2016, tendo sido eleito com 41% dos votos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e a União das Comores são incipientes, tendo sido formalmente estabelecidas em 25 de março de 2005, em Marrakesh, por ocasião de Reunião Ministerial Preparatória à I Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Há, no entanto, margem para o desenvolvimento de diálogo e de cooperação bilaterais, o que se evidencia a partir de posições convergentes dos dois países em foros multilaterais.

Em 2009, o então presidente Ahmed Sambi manteve encontro com o então presidente Lula, à margem da II Cúpula América do Sul- África (ASA), em Isla Margarita, quando expressou o desejo de adensar as relações entre os dois países e examinar possibilidades de cooperação.

Em julho 2010, a representação brasileira cumulativa para as Comores foi transferida da Embaixada em Pretória para a Embaixada em Dar es Salam.

Em 2011, por ocasião da apresentação de credenciais do Embaixador brasileiro nas Comores, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Comores. O acordo, ratificado pelo Brasil em 2018, aguarda apenas a conclusão do processo de ratificação pelo lado comoriano para entrar em vigor. Entre as áreas identificadas como prioritárias pelo governo de Comores para o desenvolvimento de projetos de cooperação bilateral estão a agricultura familiar, o desenvolvimento social e o fortalecimento de atividades pesqueiras.

Em junho de 2012, o Governo comoriano adquiriu duas aeronaves modelo "LET-410", junto à empresa brasileira NHT transportes aéreos. Os aviões e a tripulação brasileira que os conduziu foram recebidos em cerimônia com grande visibilidade local. As duas aeronaves permitiram a retomada das ligações aéreas regulares entre as três ilhas do arquipélago.

Em dezembro de 2013, ocorreu a primeira missão comercial brasileira em Comores, com a participação da Petrobrás, da Brasil Foods, da Green Best Solutions e da Brazafric. A missão, que foi recebida pelo então presidente Dhoinine, possibilitou os primeiros contatos de empresas brasileiras com grupos comerciais locais. Na ocasião, avançaram-se entendimentos para a retomada das vendas diretas de frangos congelados brasileiros ao país.

No início de 2015, Governo comoriano, por meio de seu representante permanente junto à ONU, expressou a intenção de designar Embaixador não residente de Comores no Brasil.

Em agosto de 2016, o vice-presidente da União das Comores, Djaffar Ahmed Said, realizou visita bilateral ao Brasil, no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Na ocasião, o vice-presidente comoriano manifestou a autoridades brasileiras o desejo de dinamizar o intercâmbio comercial bilateral, bem como de contar com investimentos brasileiros em seu país, em especial no setor de infraestrutura e agricultura. Durante a visita, também foi discutida a possibilidade de ser estreitada a cooperação entre academias diplomáticas dos dois países.

Em outubro de 2017, foi assinado memorando de entendimento para cooperação no treinamento de diplomatas entre o Ministério das Relações Exteriores

do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Comores.

Em janeiro de 2018, foi lançado projeto de cooperação para aperfeiçoamento da capacidade agrícola em Comores, desenvolvido pelo Fundo IBAS, que compreende o Brasil, a Índia e a África do Sul.

A diretora-geral da Agência Comoriana de Cooperação Internacional (ACCI), instituição criada em 2017, encontra-se convidada a visitar o Brasil, no segundo semestre de 2018, a fim de manter encontros com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e discutir possibilidades de ampliação da cooperação bilateral.

ASSUNTOS CONSULARES

Consulado Honorário do Brasil em Comores foi inaugurado em maio de 2015. O titular é o comoriano Djamil Mahamoud. Embora não haja significativa comunidade brasileira em Comores, a criação do Consulado se justifica tanto pelas difíceis condições de vida e das comunicações das ilhas, sujeitas a desastres naturais de toda a sorte, bem como para o apoio a missões brasileiras ao arquipélago.

Com base nos registros de matrícula consular e nos serviços consulares prestados ao longo de 2017, na jurisdição de Dar es Salam (Tanzânia, Comores e Seicheles), existem 131 cidadãos brasileiros matriculados (em total estimado de 180).

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos a Comores.

POLÍTICA INTERNA

Em seu período pré-colonial, as ilhas do arquipélago foram ocupadas por povos provenientes da costa leste da África, do Golfo Pérsico, da Malásia e de Madagascar. Os imigrantes de origem árabe-shirazi tiveram grande influência na formação cultural do país nos séculos XV e XVI, consolidando a identidade árabe das ilhas e o islamismo sunita como religião predominante no arquipélago.

A partir do século XVI, as ilhas Comores consolidaram-se como importante escala na rota de comércio entre Europa e Ásia. O arquipélago passou a fornecer provisões para entrepostos coloniais europeus na África Oriental (Moçambique, Quênia e Tanzânia). A partir de meados do século XIX, no auge da disputa de poder no Oceano Índico, a França estabeleceu, progressivamente, seu domínio colonial

sobre as quatro ilhas do arquipélago, o qual durou até a segunda metade do século XX.

Durante a década de 1960, no contexto do processo da descolonização afro-asiática, os movimentos internos a favor da independência de Comores ganharam ímpeto. Em 1974, realizou-se referendo no qual a maior parte da população de três das quatro ilhas do arquipélago (Grande Comore, Mohéli e Anjouan) optaram pela independência. A população da ilha de Mayotte, contudo, escolheu permanecer sob a administração francesa.

Controvérsias quanto ao processo de descolonização e, em especial, quanto ao destino da Ilha de Mayotte, levaram à proclamação unilateral da independência de Comores (inclusive da Ilha de Mayotte), em julho de 1975, pelo Presidente do então Conselho do Governo das Comores, Ahmed Abdala. Embora a França tenha se retirado das três ilhas que votaram a favor da autonomia, e reconhecido a independência de Comores ainda naquele ano, o país europeu manteve sua administração sobre Mayotte.

A declaração unilateral de independência suscitou críticas de lideranças do processo de descolonização comoriano. Nos dias que se seguiram à independência, em agosto de 1975, Abdala foi deposto pelo movimento de oposição "Frente de União Nacional", com o auxílio de grupo de mercenários liderados pelo francês Bob Denard. A ocorrência de golpes de Estado, com o envolvimento do francês e de seu grupo constitui marca importante da vida política comoriana em seus primeiros vinte anos.

Com o apoio de Denard, Ali Soilih torna-se, em janeiro de 1976, presidente das Comores. Ainda naquele ano, novo referendo sobre o status da ilha de Mayotte confirmou a opção da população por permanecer sob administração francesa (99% da população da ilha, na ocasião, votou contra a independência). Nos dois anos em que governou Comores, Soilih adotou uma série de políticas de viés socializante e isolacionista, o que levou a choque com Denard e seus apoiadores.

Em 1978, novo golpe liderado por Denard depôs e executou Soilih, reinstalando em seu lugar Ahmed Abdala. O segundo governo de Abdala foi marcado pela adoção de viés islamista. O país foi renomeado, ainda naquele ano, República Federal Islâmica de Comores e, em 1982, adotou-se regime de partido único. Nomeado Chefe da Guarda Presidencial comoriana, Denard estabeleceu lucrativa rede de contrabando de armamentos em direção à África do Sul, então sob sanções internacionais em consequência do regime de apartheid.

Abdala permaneceu no comando do país até 1989, quando, em contexto de novo golpe de Estado, realizado pelas Forças Armadas comorianas, foi morto. Em seu lugar, assumiu o então Presidente da Suprema Corte comoriana, Said Mohamed Djohar, que foi confirmado no cargo em eleições realizadas em 1990. O período Djohar foi marcado por profunda crise econômica (o desemprego chegou a afetar mais de 20% da população) e perseguição ao grupo de Denard. Em 1995, nova tentativa de golpe liderada por Denard foi frustrada, desta vez, pela ação de tropas francesas. O mercenário foi detido e colocado em prisão domiciliar na França.

Em março de 1996, elegeu-se Presidente Mohamed Abdulkarim, cujo governo foi marcado pela tentativa de secessão das Ilhas de Ajouan e Mohéli, no ano seguinte. O gesto foi criticado pela comunidade internacional e, sobretudo, pela Organização da Unidade Africana (OUA). Em nome do princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais, inscrito na Carta da Organização, estabeleceu-se boicote comercial e de comunicação às ilhas separatistas.

Em meio à crise secessionista, o presidente Abdulkarim veio a falecer, em 1998. No ano seguinte, o coronel Azali Assoumani, em novo golpe de Estado, assumiu a Presidência. A chegada ao poder do coronel Azali marcou o início de processo de paulatina estabilização das Comores. Com o apoio da União Africana, estabeleceram-se bem-sucedidas negociações entre Moroni e as ilhas secessionistas. Como resultado, foram assinados, entre 2000 e 2001, os “Acordos de Fomboni”, pelos quais foi definido um esquema de compartilhamento de poder, no qual a Presidência da Federação passou a ser rotativa entre nativos das três ilhas e cada ilha mantém seu governo local. As disposições dos Acordos foram incorporadas, ainda em 2001, a nova Constituição, que estabeleceu a “União das Comores”.

Azali Assoumani venceu as eleições presidenciais de 2002 e governou até 2006, quando Mohammed Abdallah Sambi, nativo da ilha de Anjouan, foi eleito Presidente. Tratou-se da primeira passagem de poder pacífica na história de Comores. Em 2007, no contexto de eleições regionais para a presidência das ilhas, novo confronto secessionista iniciou-se com a ilha de Anjouan. A crise foi superada, em 2008, com o auxílio de forças da União Africana, apoiadas pela França, que lograram consolidar a autoridade de Moroni sobre a ilha.

Após a consolidação da unidade comoriana, o Presidente Sambi conduziu o país ao referendo de maio de 2009, que aprovou a reforma constitucional que ratificou os princípios dos Acordos de Fomboni, reduziu o peso da burocracia no orçamento, transformou os cargos de presidentes das ilhas em governadores e estendeu o mandato presidencial de 4 para 5 anos.

Em 2010, foram realizadas novas eleições, que transcorreram de maneira pacífica e nas quais foi eleito o candidato da situação, Ikililou Dhoinine, então vice-presidente representando a ilha de Mohéli, conforme previsto no sistema de rotatividade consagrado nos Acordos de Fomboni.

Entre janeiro e fevereiro de 2015, Comores realizou eleições legislativas que transcorreram de modo pacífico. O pleito resultou em vitória relativa do partido de Dhoinine e marcou o retorno à cena política dos ex-presidentes Sambi e Assoumani, cujos partidos obtiveram votação relevante, embora não constituam a maioria. Os dois ex-mandatários, contudo, não puderam concorrer à Presidência em 2016, uma vez que há proibição a que ex-presidentes concorram novamente ao cargo.

As eleições presidenciais de 2016 foram caracterizadas por denúncias de irregularidades e fraudes, e foram objeto de recurso tanto pelo candidato vitorioso, Azali Assoumani, como por seu principal concorrente, Mohamed Ali Soilihi. Após os resultados do segundo turno serem anulados, foi organizado terceiro turno, em que Azali Assoumani foi eleito com 41,3% dos votos.

Poder legislativo

Conforme a Constituição de 2001, o poder legislativo de Comores é unicameral, sendo exercido pela "Assemblée", que conta com 33 deputados, 24 eleitos em sufrágio universal direto e nove nomeados por representantes das ilhas (3 representantes por ilha). As três ilhas do arquipélago (Grande Comore, Anjouan e Mohéli) têm parlamentos próprios, com diferentes números de representantes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa comoriana tem priorizado as relações com a África, com o mundo árabe, com os países da Conferência Islâmica e da Francofonia. Mantém, ademais, o princípio norteador de recuperação da integridade territorial do país, por meio da reintegração da ilha de Mayotte, atualmente administrada pela França, a ex-metrópole. Apenas seis países mantêm, atualmente, missões diplomáticas residentes em Moroni (França, China, Arábia Saudita, África do Sul, Tanzânia e Sudão).

Apesar da disputa em torno de Mayotte, a política externa comoriana tem buscado, de maneira pragmática, aprofundar relações com a França. A antiga potência colonial constitui, nesse contexto, o principal parceiro comercial e maior doador bilateral. Essa tendência acentuou-se com a visita oficial do Chefe de Estado comoriano à França em junho de 2013. Na ocasião, os dois países firmaram a

"Declaração de Paris sobre a Amizade e a Cooperação entre a França e as Comores", que tem orientado as iniciativas de cooperação e o diálogo político franco-comoriano.

Além dos laços econômicos, a França abriga grande comunidade de imigrantes comorianos, estimados em cerca de 200 mil. A ilha de Mayotte, considerada departamento ultramarin francês, tem constituído destino de cerca de metade desses imigrantes.

O relacionamento com a China é considerado da mais alta prioridade pelo governo comoriano. A China tem constituído um dos principais provedores de obras de infraestrutura no arquipélago e de cooperação. Entre as obras realizadas pelo país asiático, destacam-se a ampliação do aeroporto de Moroni, implantação de adutora de águas em Moroni, além da construção de edifícios administrativos nas três ilhas que compõem o país.

Com vistas a alavancar seu desenvolvimento, as Comores também têm buscado atrair investimentos externos e cooperação com outros parceiros relevantes. Nesse contexto, Moroni tem conferido prioridade ao relacionamento com os países do Golfo. Países como Kuwait e Arábia Saudita vêm-se constituindo como importantes doadores a projetos no arquipélago, em especial nas áreas de saúde e educação.

Essa aproximação com os países do Golfo também se reflete no plano político, como demonstra a implicação do arquipélago na crise diplomática do Golfo desencadeada em junho de 2017. Na esteira da decisão tomada por Arábia Saudita, Egito, EAU e o Bahrein, o governo das Comores anunciou, naquele mês, o rompimento de suas relações diplomáticas com o Catar. Em janeiro de 2016, o governo comoriano também havia rompido relações com o Irã, após a mesma decisão ter sido tomada pela Arábia Saudita, no contexto dos ataques à Embaixada saudita em Teerã, em reação à execução do clérigo xiita e opositor do regime saudita Nimr al-Nimr.

Anteriormente a esses episódios, tanto Irã como Catar mantinham boas relações com as Comores e possuíam embaixadas residentes em Moroni, de modo que o rompimento de relações pelo governo comoriano se explica por interesses estratégicos mais amplos no âmbito da política externa comoriana em relação aos países do Golfo e no âmbito da Liga dos Estados Árabes.

O relacionamento com os Estados Unidos, historicamente distante do arquipélago, tem ganhado relevância nos últimos anos, em especial em sua vertente de segurança. Para o governo norte-americano, a intensificação das relações com Comores insere-se no contexto do combate à pirataria e ao terrorismo no Oceano

Índico. Nesse contexto, os EUA vêm cooperando para o fortalecimento das forças de defesa comorianas, em especial sua marinha.

No âmbito multilateral, Comores tem defendido, nas Nações Unidas, a necessidade de reforma e de revitalização da organização para que esta melhor represente os interesses dos países em desenvolvimento, em particular dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). Comores tem buscado, em foros multilaterais, chamar a atenção para a vulnerabilidade desses países, em especial às mudanças climáticas.

No plano regional, Comores tem mantido intenso relacionamento com os Estados Insulares do Leste Africano (Seicheles, Madagascar e Maurício), bem como com a Tanzânia.

Em 2014, destaca-se a realização, em Moroni, da IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico (organização que congrega Comores, Madagascar, Maurício, Seicheles e a Ilha de Reunião, departamento ultramarino francês). Trata-se do primeiro evento internacional de peso realizado nas Comores após a estabilização política, o qual contou com a presença do então presidente da França, François Hollande.

Questão de Mayotte

Com a independência das Comores ante a França, realizaram-se dois referendos em que a ilha Mayotte decidiu permanecer ligada à metrópole. Em março de 2009, o Governo francês organizou um novo referendo sobre o status da ilha de Mayotte. 95% dos votantes escolheram que a ilha se transformasse em departamento ultramarino da França, ao que se deu efeito em março de 2011.

A posição das Comores com relação à questão de Mayotte baseia-se, contudo, no entendimento de que a França assumira, durante o processo de descolonização, o compromisso de respeitar os resultados dos referendos no Arquipélago como um todo, e não ilha por ilha.

A questão de Mayotte encontra-se na agenda das Nações Unidas desde a década de 1970. A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), nas resoluções que aprovou sobre o processo de descolonização do arquipélago das Comores, afirmou a necessidade de se respeitar a unidade e a integridade territorial comoriana. Ao aprovar o ingresso das Comores como membro da ONU, em 1975, a AGNU reafirmou essa necessidade e expressamente descreveu o arquipélago como composto pelas ilhas de “Anjouan, Grande-Comore, Mayotte e Mohéli”. Essas resoluções

contaram com o apoio do Brasil. A França vetou todas as tentativas de aprovar resoluções com esse teor no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com um PIB nominal estimado em cerca de US\$ 652 milhões, em 2017, Comores figura entre os países mais pobres do mundo. Em termos de PIB per capita, segundo o Banco Mundial, o país posiciona-se em 44º no ranking dos 54 países africanos. A ausência de recursos naturais conhecidos, bem como deficiências de infraestrutura, sobretudo em matéria de transportes, energia elétrica e telecomunicações, constituem os principais entraves ao desenvolvimento comoriano.

A economia comoriana, nesse contexto, é fortemente dependente de remessas de expatriados, que responderam por cerca de 21% do PIB, em 2017. A ajuda oficial ao desenvolvimento, por sua vez, representou cerca de 8,5% do PIB, em 2017.

O setor agrícola, incluída a pesca, representa cerca de 49,5% do PIB e fornece a maioria dos produtos exportados. A renda das exportações é altamente dependente de três produtos: baunilha, cravo e ylang-ylang (essência para a indústria de perfumes). Os maiores compradores dos produtos agrícolas do país foram Índia, França, Indonésia e Alemanha, em 2017. Apesar da preponderância da agricultura na economia comoriana, o país é vulnerável a oscilações no preço internacional dos alimentos, uma vez que importa grande quantidade dos mantimentos consumidos, em especial carnes e cereais. Os maiores fornecedores para as Comores foram China, França, Paquistão e Índia, em 2017.

A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana, estimado em US\$ 145 milhões, em 2017, representando cerca de 22% do PIB do país. As remessas estrangeiras e a ajuda oficial têm coberto, em parte, o déficit comercial. O déficit em transações correntes foi da ordem de 4,89% do PIB, em 2017.

Apesar da fragilidade de sua economia, Comores vem obtendo, nos últimos anos, taxas de crescimento econômico da ordem de 2% (2,5%, em 2017) e inflação sob controle, no patamar de 3%. Previsões de organismos internacionais estimam que, se a estabilidade política permanecer, as taxas de crescimento devem continuar estáveis.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral com o Brasil é muito reduzido, tendo atingido seu pico em 2007, quando o fluxo comercial superou os US\$ 3 milhões, amplamente superavitário

em favor das exportações brasileiras (carne bovina e aves). Em 2011, as importações comorianas de frango congelado foram drasticamente reduzidas, o que levou as exportações brasileiras a registrarem o menor volume desde 2003. Desde então, registra-se sensível melhora do volume de produtos comercializados, tendo o fluxo de comércio alcançado US\$ 2,7 milhões em 2017.

As exportações brasileiras para Comores concentram-se em produtos alimentícios, como carnes, açúcares, artefatos para construção, café solúvel, além de uma pequena parcela de exportações de madeira e carvão vegetal. Não há registro de investimentos brasileiros em Comores.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

~500	Início da ocupação territorial por grupos africanos e árabes.
1505	Início da presença portuguesa nas ilhas.
1832	Mayotte é conquistada pelo rei de Madagascar.
1841	Mayotte é comprada pelos franceses.
1886	Estabelecimento de protetorados franceses sobre as outras ilhas.
1912	O arquipélago torna-se província francesa, submetida ao Governador-Geral em Madagascar.
1961	Concedida autonomia interna ao arquipélago
1974	Organizado referendo sobre a independência de Comores. A ilha de Mayotte vota por permanecer sob administração francesa.
1975	Comores torna-se independente, sem a ilha de Mayotte.
1975	Ahmed Abdallah, primeiro presidente, é deposto em golpe assistido pelo mercenário francês Bob Denard.
1976	Ali Soilih torna-se presidente do país.
1978	Novo golpe militar, apoiado por Bob Denard, reinstala Ahmed Abdallah no poder.
1989-90	Golpe contra Ahmed Abdallah, que é morto. Assume Said Mohamed Djohar. Bob Denard deixa o país.
1995	Deposição de Djohar (setembro), com auxílio de Denard e de seus mercenários. É realizada operação francesa para a prisão de Denard (outubro).
1996	Eleição de Mohamed Taki Abdoukarim como presidente.
1997	Tentativa de secessão de Anjouan e de Mohéli.
1998	Morte de Mohamed Taki Abdoukarim. Tadjidine Ben Said Massounde assume a presidência interinamente.
1999	O Coronel Azali Assoumani depõe o Presidente Massounde.
2000-01	Acordos de Fomboni restabelecem a unidade de Comores. País passa a denominar-se União das Comores.
2002	Realizam-se eleições presidenciais. Assoumani é confirmado no cargo.
2006	Ahmed Abdallah Mohamed Sambi é eleito Presidente do país.
2007	Início da crise de secessão de Anjouan.
2008	É realizada a operação "Democracia em Comores", da União Africana, com apoio francês, que intervém militarmente em Anjouan, pondo fim à crise separatista.
2009	Novo referendo sobre o status de Mayotte é realizado. 95% dos eleitores votam pela transformação de Mayotte em departamento ultramarino francês.

2011	Ikililou Dhoinine é eleito presidente.
2014	IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico, é realizada em Moroni. Primeiro grande evento internacional realizado no país.
2016	Azali Assoumani é eleito presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2009	Encontro, à margem da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África, dos então presidentes Lula e Ahmed Sambi.
2011	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores.
2013	Reestabelecimento de linhas aéreas regulares entre as ilhas do arquipélago com aeronaves adquiridas no Brasil.
2013	Primeira missão comercial brasileira a Comores.
2016	Visita ao Brasil do vice-presidente de Comores, Djaffar Ahmed Said, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.
2017	Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Treinamento de Diplomatas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional de Comores.
2018	Ratificação, pelo Brasil, do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Comores.
2018	Lançamento do projeto de cooperação "Aprimoramento da Capacidade Agrícola na União das Comores", desenvolvido pelo Fundo IBAS

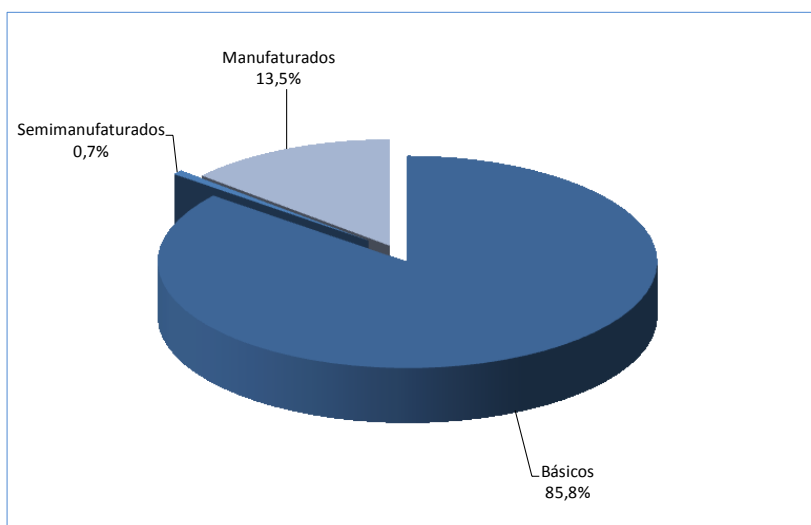
ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores	21/11/2011		Em ratificação pela outra Parte

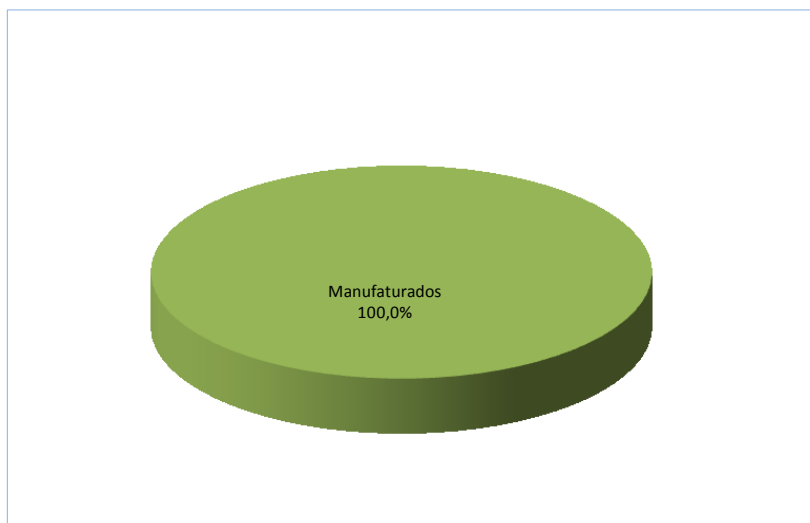
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



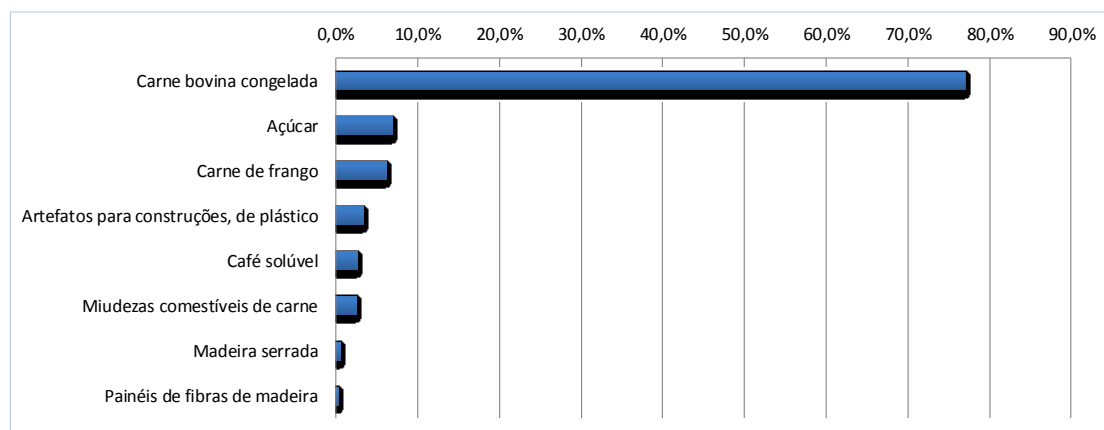
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Comores (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carne bovina congelada	429	49,3%	1.682	88,0%	2.042	77,1%
Açúcar	87	10,0%	0	0,0%	183	6,9%
Carne de frango	101	11,6%	75	3,9%	164	6,2%
Artefatos para construções, de plástico	0	0,0%	0	0,0%	90	3,4%
Café solúvel	64	7,4%	141	7,4%	71	2,7%
Miudezas comestíveis de carne	57	6,6%	0	0,0%	66	2,5%
Madeira serrada	0	0,0%	0	0,0%	18	0,7%
Painéis de fibras de madeira	11	1,3%	8	0,4%	9	0,3%
Subtotal	749	86,2%	1.906	99,7%	2.643	99,8%
Outros	120	13,8%	6	0,3%	6	0,2%
Total	869	100,0%	1.912	100,0%	2.649	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

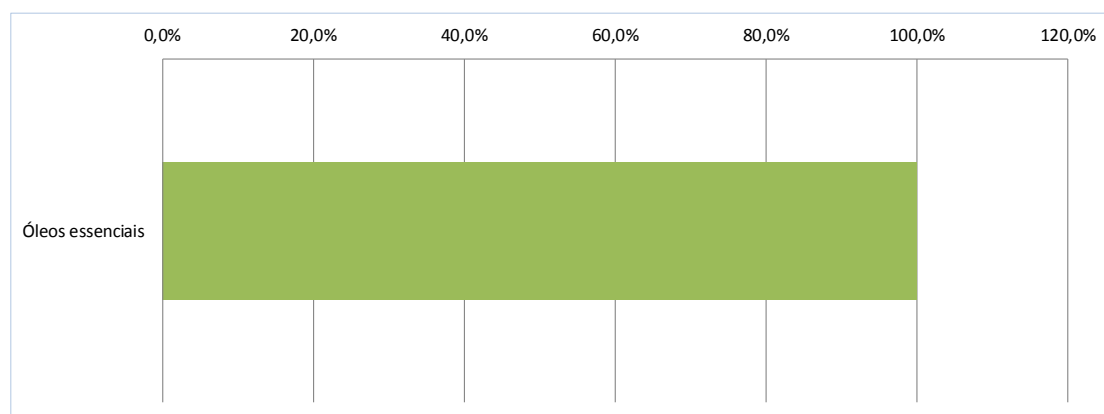


Composição das importações brasileiras originárias de Comores (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleos essenciais	31	100,0%	41	100,0%	23	100,0%
Subtotal	31	100,0%	41	100,0%	23	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	31	100,0%	41	100,0%	23	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

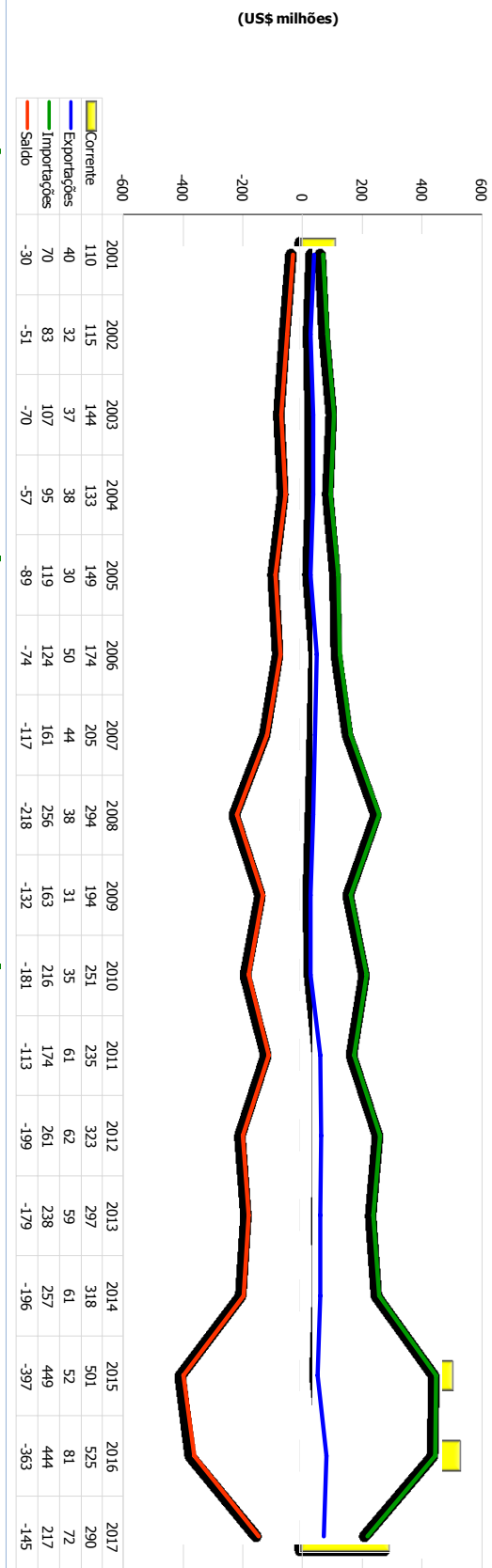


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Carne bovina congelada	410	77,2%	520	78,6%	
Carne de frango	0	0,0%	103	15,6%	
Painéis de fibras de madeira	0	0,0%	32	4,8%	
Embutidos de carne	0	0,0%	3	0,5%	
Miudezas comestíveis, de carnes	40	7,5%	0	0,0%	
Café solúcel	38	7,2%	0	0,0%	
Subtotal	488	91,9%	658	99,4%	
Outros	43	8,1%	4	0,6%	
Total	531	100,0%	662	100,0%	
Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Baunilha	0	0,0%	78	87,8%	
Óleos essenciais	12	98,5%	10	11,3%	
Subtotal	12	98,5%	88	99,1%	
Outros produtos	0	1,5%	1	0,9%	
Total	12	100,0%	89	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Comércio Comores x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, June 2018.

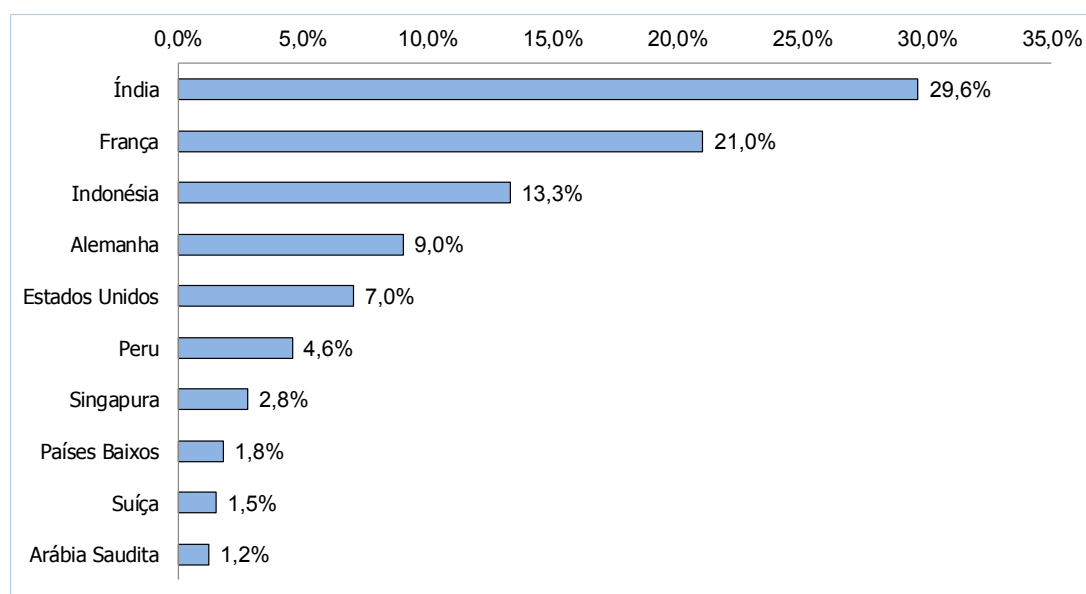
Comores não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Comores
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Índia	21,44	29,6%
França	15,21	21,0%
Indonésia	9,62	13,3%
Alemanha	6,52	9,0%
Estados Unidos	5,09	7,0%
Peru	3,31	4,6%
Singapura	2,02	2,8%
Países Baixos	1,31	1,8%
Suíça	1,11	1,5%
Arábia Saudita	0,89	1,2%
...		
Brasil (40º lugar)	0,02	0,03%
Subtotal	66,54	92,0%
Outros países	5,77	8,0%
Total	72,31	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Comores não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

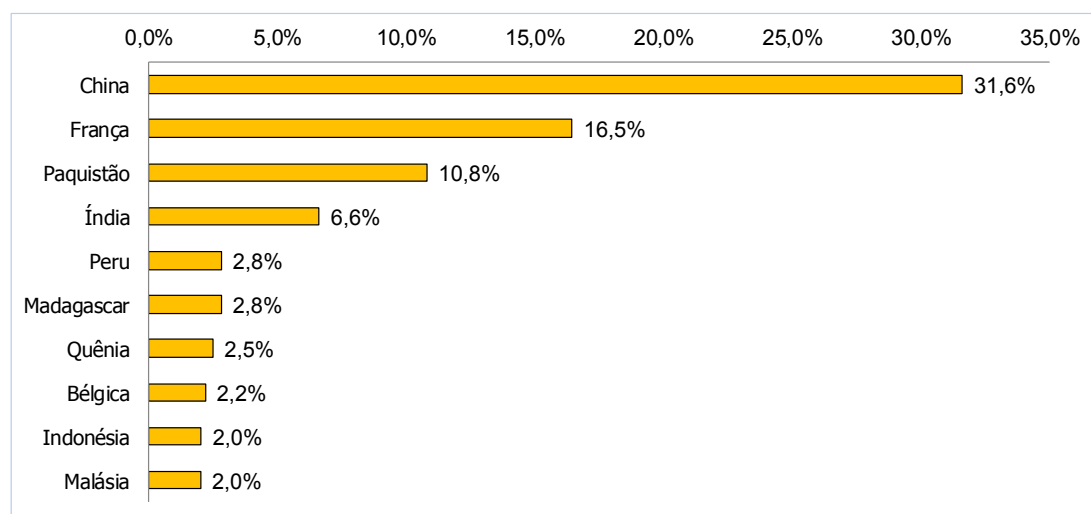


Principais origens das importações de Comores
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	68,66	31,6%
França	35,75	16,5%
Paquistão	23,48	10,8%
Índia	14,38	6,6%
Peru	6,12	2,8%
Madagascar	6,10	2,8%
Quênia	5,42	2,5%
Bélgica	4,75	2,2%
Indonésia	4,42	2,0%
Malásia	4,35	2,0%
...		
Brasil (16º lugar)	2,65	1,2%
Subtotal	176,08	81,1%
Outros países	41,14	18,9%
Total	217,22	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Comores não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



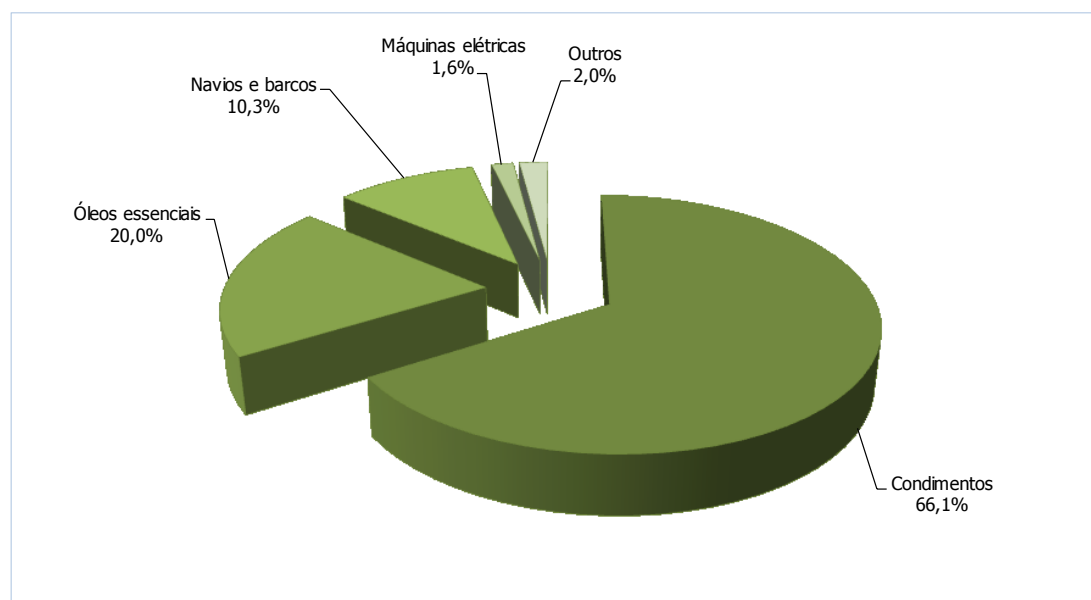
Composição das exportações de Comores (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Condimentos	47,80	66,1%
Óleos essenciais	14,48	20,0%
Navios e barcos	7,41	10,3%
Máquinas elétricas	1,14	1,6%
Subtotal	70,84	98,0%
Outros	1,48	2,0%
Total	72,31	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Comores não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos exportados



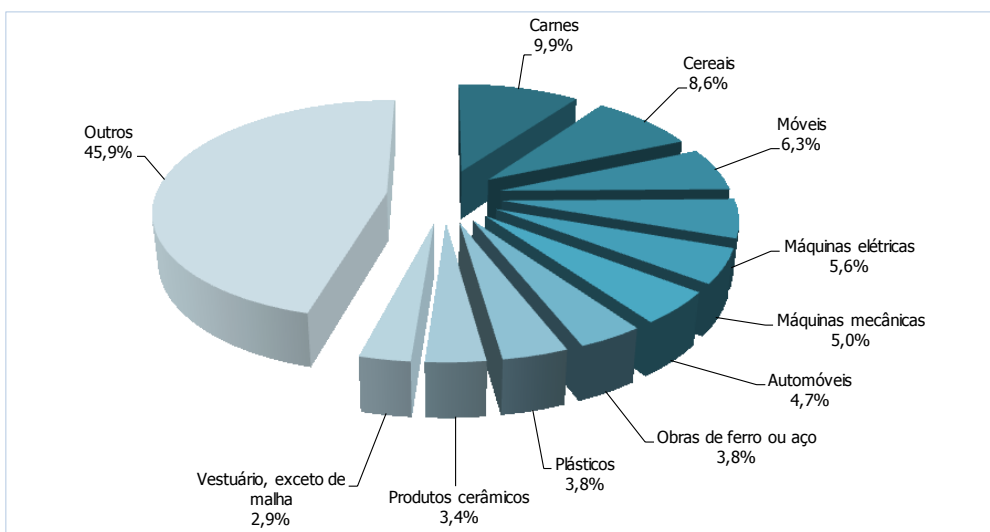
Composição das importações de Comores (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Carnes	21,60	9,9%
Cereais	18,63	8,6%
Móveis	13,61	6,3%
Máquinas elétricas	12,15	5,6%
Máquinas mecânicas	10,86	5,0%
Automóveis	10,31	4,7%
Obras de ferro ou aço	8,29	3,8%
Plásticos	8,29	3,8%
Produtos cerâmicos	7,47	3,4%
Vestuário, exceto de malha	6,41	2,9%
Subtotal	117,60	54,1%
Outros	99,62	45,9%
Total	217,22	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Comores não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SEICHELES



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A REPÚBLICA DAS SEICHELES	
NOME OFICIAL:	República das Seicheles
GENTÍLICO:	Seichelense
CAPITAL:	Vitória
ÁREA:	455 km²
POPULAÇÃO:	94.000 (est. 2017)
LINGUAGEM OFICIAL:	Inglês, francês e seichelense (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (82,2%); Anglicanismo (6,4%); outras denominações cristãs (4,5%); Hinduísmo (2,1%); Islamismo (1,1%); Budismo (1%); outras (2%);
SISTEMA DE GOVERNO:	República Unitária Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (unicameral), composta por 35 membros eleitos para mandatos de cinco anos, dos quais, 25 são eleitos diretamente por maioria simples e 10 por votos de representação proporcional.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Danny Faure (desde 2016)
CHANCELER:	Vincent Meriton (desde 2016)
PIB NOMINAL:	US\$ 1,5 bilhão (2017, FMI)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US\$ 2,8 bilhões (2017, FMI)
PIB PER CAPITA:	US\$ 15685,96 (2017, FMI)
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 28778,77 (2017, FMI)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2017):	4,2% (2017); 4,5% (2016); 5% (2015); 4,5% (2014); 6,62% (2013); 6,04% (2012); 7,9% (2011); 5,95% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,782 – 63º no ranking (PNUD, 2016)
EXPECTATIVA DE VIDA:	73,3 anos (PNUD, 2016)
ALFABETIZAÇÃO:	95,2% (PNUD, 2016)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	14% (CIA, 2018)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rúpia seichelense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Marie-Louise Potte, não residente
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro.

INTERCÂMBIO BRASIL-SEICHELES (US\$ milhões FOB) (fonte: MDIC)									
Brasil→Seicheles	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	0,55	0,39	0,74	2,16	54,7	6,85	18,57	8,41	9,58
Exportações	0,55	0,39	0,74	1,70	54,60	6,33	18,4	7,70	9,46
Importações	-	-	-	0,46	0,1	0,52	0,14	0,7	0,1

Saldo	0,55	0,39	0,74	1,24	54,5	5,81	18,28	7,00	9,34
--------------	------	------	------	------	------	------	-------	------	------

Informação elaborada em 21 de junho de 2015, pelo PS Augusto César Teixeira Leite (DIAOS). Revisada pelo Ministro Paulo Cypriano (chefe da DIAOS).

APRESENTAÇÃO

Menor país da África, o território da República das Seicheles tem 455 km² espalhados por 115 ilhas no oceano Índico. O arquipélago, desabitado até a chegada dos franceses no século XVII, passou por longo período de disputa entre franceses e britânicos. Em 1814, derrotada nas guerras napoleônicas, a França cedeu o controle da região para o Reino Unido.

Na esfera política, Seicheles alcançou sua independência em 1976. O país passou por período sob regime de partido único, entre 1977 até o início da década de 1990, quando nova Constituição foi promulgada e garantiu a realização de eleições multipartidárias livres. Desde então todos os presidentes seichelenses são eleitos para períodos de 5 anos, com possibilidade de ocuparem o cargo por, no máximo, três mandatos. Em caso de renúncia, assume o vice-presidente, a quem cabe terminar o mandato presidencial.

No domínio econômico, a renda *per capita* cresceu cerca de 7 vezes desde a independência e alcançou cerca de US\$ 29.000 (est. 2017/CIA). O significativo crescimento das Seicheles foi capitaneado pelo setor turístico, que emprega cerca de 26% da população economicamente ativa e responde, de forma direta e indireta, por mais de 55% do PIB, segundo dados do *CIA Worldfactbook*. Também de importância para o PIB é a pesca de atum. Apesar dos avanços conquistados, o país ainda terá, contudo, de enfrentar desafios para superar o elevado nível de pobreza (est. 39%, em 2013).

No âmbito multilateral, Seicheles elenca como uma das prioridades de sua política externa o combate ao aquecimento global. Trata-se de pequeno país insular com concentração populacional em áreas costeiras, o que torna o arquipélago particularmente vulnerável aos potenciais efeitos da mudança climática, em especial nas áreas econômica (depende do turismo e da pesca) e ambiental.

No plano bilateral, Seicheles e Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país. O diálogo político bilateral,

pouco denso, é, em geral, fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes com as brasileiras nas áreas de mudança do clima, desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e promoção de comércio internacional mais justo.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DANNY FAURE **Chefe de Estado e de Governo**



Danny Faure nasceu em Kilembe, Uganda, em 1962, filho de pais seichelenses. Pós-graduado em ciências políticas em Cuba, serviu no gabinete do ministério da Educação entre 1998 e 2006. Foi líder do governo na Assembleia Nacional (1993 a 1998). Em 2006, foi nomeado ministro das Finanças, cargo no qual permaneceu até assumir a vice-presidência do país em 2010. Em 2016, após a renúncia do então presidente James Alix Michel, assumiu a presidência do país. Pela Constituição, Faure deverá terminar o mandato de seu antecessor, que se encerraria em 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

A República das Seicheles e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam assumiu cumulativamente os temas relacionados àquele país. Em set/1987, o embaixador José Ferreira Lopes foi o primeiro a apresentar credenciais em Vitória. Com o fechamento da embaixada na capital da Tanzânia em 1991, a cumulatividade com Seicheles foi transferida para a embaixada em Maputo. Em 2010, a cumulatividade da embaixada brasileira em Vitória foi transferida novamente para a embaixada em Dar es Salam, que havia sido reaberta em 2005.

O diálogo político com o país, apesar de pouco denso, tende a ser fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes com as brasileiras, como já observado, nas áreas de mudança do clima, de desenvolvimento sustentável, de redução da pobreza e de promoção de comércio internacional mais justo. O Brasil conseguiu o apoio das Seicheles na quase totalidade dos pedidos realizados em favor de suas candidaturas e causas. Digno de nota foi o apoio do país, em 2011, à candidatura de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Em 2013, país também apoiou, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o projeto de resolução brasileiro intitulado "O Direito à Privacidade na Era Digital".

No que diz respeito a acordos bilaterais, em 2008 foi assinado, em Vitória, Acordo de Cooperação Educacional, já em vigor, que permite a estudantes seichelenses participarem de cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras (programas PEC-G e PEC-PG). Seicheles tem particular interesse na cooperação em favor de alunos de pós-graduação, recém-formados na Universidade de Seicheles, fundada em 2009. Além disso, o país já demonstrou interesse na formação de diplomatas no Instituto Rio Branco.

Em dezembro de 2011, foi celebrado o Acordo de Isenção Parcial de Vistos, também já em vigor. O ato assinado permitiu o aumento do fluxo de turistas

do Brasil para aquele país. Durante o ano de 2017, foi registrado o recorde de cerca de 1.900 brasileiros que foram às Seicheles em viagem de turismo. As autoridades seichelenses estimam haver potencial para incrementos, tendo em vista as novas possibilidades de conexão aérea abertas via África do Sul, Etiópia e Emirados Árabes. Com essa mesma finalidade, o Acordo Bilateral de Serviços Aéreos encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

Em junho de 2014, o então secretário de estado dos Negócios Estrangeiros de Seicheles, embaixador Barry Faure (irmão do atual presidente do país, Danny Faure), encontrou-se, em Brasília, com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, embaixador Eduardo dos Santos, no contexto de gestões em favor da candidatura do país a um assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Desde então, não há registro de visitas de alto nível entre os países. O governo seichelense sugeriu a instituição de mecanismos de consultas políticas bilaterais como forma de promover contatos bilaterais regulares.

No que diz respeito ao comércio bilateral, apesar de diminuto, as exportações brasileiras são quase completamente responsáveis pela corrente entre os dois países. O Brasil vende principalmente pescado congelado, carnes de frango, porco e bovina (dados de 2017). As Seicheles, com o objetivo de incrementar as negociações entre os dois países propuseram o exame da possibilidade celebração de acordo para evitar a dupla tributação. Outra proposta existente se refere à negociação de acordo-quadro de cooperação que englobe investimentos e turismo.

ASSUNTOS CONSULARES

Com base nos registros de matrícula consular e nos serviços consulares prestados ao longo de 2017, na jurisdição de Dar es Salam (Tanzânia, Comores e Seicheles), existem 131 cidadãos brasileiros matriculados. Cerca de 1.900 brasileiros visitaram a Tanzânia em 2017, como turistas.

Em 2017 foi criado o consulado honorário do Brasil em Seicheles, o que poderá promover maior aproximação não apenas em matéria consular, mas também em temas de cooperação econômica, política e de candidaturas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos a Seicheles.

POLÍTICA INTERNA

As ilhas que compõem o arquipélago de Seicheles permaneceram desabitadas até meados do século XVII, quando foram progressivamente ocupadas

pela França. Após a derrota francesa nas guerras napoleônicas, no início do século XIX, o controle do arquipélago passou a ser exercido pela Grã-Bretanha. Foi permitido aos colonos franceses, contudo, a permanência nas ilhas.

Sob a administração britânica, a economia de Seicheles estruturou-se em torno da plantação das culturas de açúcar, milho e coco. Escravos libertos pela marinha britânica foram levados para Seicheles, onde passaram a trabalhar nas plantações, em troca de salários e rações.

Na primeira metade do século XX, o arquipélago passou a gozar de relativa autonomia. Em 1903, a administração colonial do arquipélago foi separada da das ilhas Maurício e, em 1948, foram realizadas as primeiras eleições locais.

Durante a década de 1960, a questão da condição do arquipélago em relação à Grã-Bretanha passou a ser o principal tema do debate político interno. Em 1964, foi criado o Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP), de viés socialista, que defendia, sob a liderança de France-Albert René, a independência completa do arquipélago. No mesmo ano, foi criado o Partido Democrático de Seicheles (SDP), que congregava, sob a liderança de James Mancham, os produtores rurais e empresários seichelenses. O SDP propunha maior integração de Seicheles ao Reino Unido e foi o principal vencedor das eleições locais de 1966 e 1970.

Sob a justificativa de poucos avanços nos esforços de integração com o Reino Unido, o SDP aliou-se ao SPUP na reivindicação pela independência do arquipélago, no início da década de 1970. A independência de Seicheles foi concedida formalmente pelo Reino Unido em junho de 1976. James Mancham, líder do SDP, tornou-se o primeiro presidente do país e France-Albert René assumiu o cargo de primeiro-ministro.

Uma vez obtida a independência, contudo, a coalizão entre o SDP e o SPUP, desfez-se rapidamente. Em junho de 1977, durante viagem do presidente Mancham ao exterior, apoiadores de France-Albert René, com apoio tanzaniano, anunciaram a deposição de Mancham e instalaram René na presidência. A então recém promulgada Constituição do país foi suspensa e o legislativo, dissolvido. Em 1979, foi promulgada nova Constituição, a qual previa a adoção de sistema político de partido único, representado pela Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF), nova denominação do SPUP.

O regime de partido único vigorou até dezembro de 1991, quando, em virtude das mudanças trazidas pelo final da Guerra Fria e em razão da pressão de movimentos contestatórios internos e de países doadores, adotou-se emenda constitucional que permitiu o registro de novos partidos políticos. Seguiram-se

eleições para a formação de Comissão Constituinte, cujo texto final foi aprovado, em referendo popular, em junho de 1993. No mês seguinte, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição. Na ocasião, France-Albert René foi confirmado no cargo, com a derrota no pleito do ex-presidente James Mancham, do Partido Nacional de Seicheles (SNP), de orientação liberal.

Em abril de 2004, após quase 27 anos no poder, o presidente René, então com 68 anos de idade, anunciou sua renúncia à presidência das Seicheles. Foi substituído por James Alix Michel, seu principal herdeiro político e que, desde 1996, ocupava a vice-presidência do país. Nas eleições de julho de 2006, o presidente Michel foi confirmado no cargo, eleito para mandato de cinco anos. O SPFF obteve, igualmente, maioria nas eleições legislativas de 2007.

Ao final de 2008, como consequência da crise financeira internacional, o governo passou a enfrentar grandes dificuldades no plano econômico. Exaurido de suas reservas internacionais, o país declarou moratória no pagamento de sua dívida externa e, ao final de 2009, a inflação anual atingiu o patamar de 37%. Como resultado de acordo celebrado com o FMI naquele ano, foi empreendida ampla reforma administrativa e ministerial, com vistas a reduzir gastos governamentais e aumentar a eficiência dos serviços públicos.

Ainda em 2009, o SPFF, partido no poder desde 1977, passou a denominar-se "Parti Lepep" - PL (Partido Popular, em crioulo seichelense), e ganhou novamente as eleições realizadas em 2011. No pleito, Michel foi reeleito para novo mandato de 5 anos na presidência do país. Em protesto pela não realização de reformas eleitorais e em contestação ao resultado do pleito, o SNP passou a boicotar as sessões do Parlamento. O impasse levou à dissolução da Assembleia Nacional e à convocação de eleições legislativas antecipadas, as quais foram igualmente boicotadas pelo SNP. Como resultado, o partido governista passou a ocupar 31 das 35 cadeiras da Assembleia Nacional.

Em dez/2015, Michel vence novamente as eleições para presidente do país. Esse seria o último mandato de Michel, uma vez que há limitação constitucional a três mandatos consecutivos. O SNP, que formou coalizão com mais três partidos de oposição (Linyon Demokratik Seselwa – LDS), foi vencido no pleito para presidente. Nas eleições legislativas de 2016, no entanto, a coalizão de oposição foi vitoriosa e acabou com 4 décadas de domínio político do partido governista ao conquistar 19 assentos dos 35 existentes. Ainda em 2016, o presidente Michel renunciou e foi

substituído por seu vice-presidente, Danny Faure, que deverá terminar seu mandato em 2020.

PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo de Seicheles é unicameral, exercido pela Assembleia Nacional, composta por 35 membros, 25 dos quais eleitos por voto direto e 10 por sistema de representação proporcional baseado nos votos recebidos por cada partido político. Os representantes são eleitos para mandatos de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

Seicheles tem atuado de forma ativa no cenário internacional, principalmente na agenda de desenvolvimento sustentável e no combate ao aquecimento global. A prioridade máxima da política externa do país é a defesa dos interesses dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). O Governo de James Michel chegou a afirmar, em foros internacionais, que as mudanças climáticas (cujos efeitos constituem ameaça à própria existência das pequenas nações insulares) poderiam ser consideradas crime contra a humanidade, pois estariam entre as maiores causas das emigrações nos próximos 50 anos, quando deverá formar-se uma imensa comunidade de “refugiados ambientais”.

Como forma de defender os interesses dos SIDS de forma mais abrangente, Seicheles lançou, em 2012, sua candidatura a um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2017-2018 (o país retirou sua candidatura em 2016). O país deseja afirmar sua posição de porta-voz da agenda e das preocupações desses pequenos países. Entre os principais pontos dessa agenda, estão a criação de um índice de vulnerabilidade dos SIDS, que representaria o principal parâmetro para a concessão de ajuda externa e de empréstimos concessionais, em substituição ao parâmetro atual, que leva em consideração o nível de renda do país. Os SIDS acreditam ser duplamente penalizados pelos critérios atuais, pois boa parte deles são países de renda média ou alta – sem receber, portanto, tratamento preferencial de boa parte dos doadores –, ao mesmo tempo em que sofrem agudamente com os efeitos das mudanças do clima, praticamente sem terem contribuído para suas causas.

O conceito de “Economia Azul” tem respaldado o discurso de Seicheles no combate ao aquecimento global. A expressão se refere à defesa do desenvolvimento do potencial econômico dos recursos marinhos de forma

sustentável. Por suas características territoriais, (455km² do território estão em terra firme e 1,3 milhão km², no oceano), a economia de Seicheles está fortemente centrada em suas águas, com destaque para as atividades de turismo e pesca. Atualmente, a maior parte dos investimentos nas águas marinhas – não só em Seicheles, mas também na maior parte dos países costeiros da África – baseia-se na extração de petróleo e da pesca. Nesse contexto, o país defende a mudança da perspectiva meramente exploratória dos recursos marinhos para nova perspectiva que promova o desenvolvimento sustentável, o que tem caracterizado Seicheles como forte defensor da adoção dos objetivos globais para a proteção e uso sustentável dos oceanos.

Apesar da diminuição do número de casos relatados nos últimos anos, o combate à pirataria no Oceano Índico também é questão de importância para a política externa seichelense. Juntamente com o Quênia, o país tem recebido o reconhecimento internacional por seu compromisso na luta contra a pirataria na região. Exemplo disso, foi a decisão da "South Asia and Africa Regional Port Stability Cooperative" (SAARPSCO) de instalar, no início de 2010, sua sede mundial em Vitória. A SAARPSCO foi criada em 2008 pela Guarda Costeira norte-americana, em parceria com diversas nações africanas e do Sul da Ásia, com o objetivo principal de combater a pirataria e promover a segurança marítima e dos portos.

No âmbito regional, uma das principais plataformas de atuação seichelense é a Comissão do Oceano Índico (COI). Criada em 1982 por Maurício, Madagascar e Seicheles, com a adesão da França e de Comores em 1986, a COI tem como objetivo a cooperação político-diplomática e econômico-comercial, o desenvolvimento sustentável em contexto de globalização, bem como o fortalecimento da identidade cultural regional. Originalmente, a Organização buscava a promoção do comércio e do turismo, mas, nos últimos anos, tem priorizado a preservação dos recursos marinhos e o manejo dos recursos pesqueiros. Além disso, o organismo regional tem tido atuação relevante na promoção da conectividade aérea e marítima entre os países, o que representa importante catalisador para o crescimento do turismo e do comércio na região.

Após alguns anos afastado da União Africana (UA), por razões orçamentárias, o país tem trabalhado para aproximar-se mais da organização. Em 2010, Seicheles conseguiu colocar em dia as contribuições financeiras à UA. Em 2012, abriu embaixada em Adis Abeba. Nos últimos anos, o país tem participado das Cúpulas da UA. O discurso seichelense é também voltado para os interesses dos

países insulares, como a segurança do espaço marítimo, a promoção de conexões por meio dos oceanos e a exploração, de forma sustentável, dos recursos marinhos.

No âmbito multilateral, cumpre ressaltar que Seicheles aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), em abril de 2015, após vinte anos de negociações, em um dos processos mais longos da história daquela organização. O país solicitou a condição de membro em mai/1995, mas o assunto ficou praticamente parado até 2008, devido à limitada capacidade e experiência do país em matéria de negociações comerciais. Além disso, os custos de acesso e de preparação dos empresários locais para competir no mercado global eram considerados elevados. A partir de 2008, contudo, o governo seichelense obteve avanços significativos na identificação das mudanças legais e nas adaptações internas necessárias, o que possibilitou sua acesso àquele organismo internacional.

Ainda no âmbito multilateral, Seicheles defende, a exemplo do Brasil, reformas na governança de alguns organismos internacionais, com vistas a garantir que aquelas instituições reflitam os princípios de inclusão, parceria e igualdade. O país entende que a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é essencial para refletir as novas realidades do século XXI. Como membro da UA, o país apoia, contudo, o Consenso de Elzuwini, adotado em 2005.

Seicheles tem buscado fortalecer as relações bilaterais com parceiros tradicionais e com potências emergentes. Apenas nove países mantêm Embaixada residente em Vitória (Índia, França, Reino Unido, Rússia, China, Cuba, Sri Lanka, Líbia e Emirados Árabes Unidos). Seicheles, por sua vez, tem representação diplomática em onze países, quais sejam: Bélgica, China, Etiópia, França, Índia, África do Sul, Sri Lanka, Suíça, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

A China é importante parceiro de cooperação de Seicheles. O Governo chinês financiou a construção de projetos de desenvolvimento no arquipélago e presta sistematicamente cooperação em áreas como capacitação, agricultura, pesca e saúde. Além disso, a China é parceiro de destaque no combate à pirataria no Oceano Índico.

O relacionamento com os Estados Unidos é igualmente relevante, principalmente em razão do papel dos norte-americanos na luta contra a pirataria também no Oceano Índico. Por fim, cumpre notar que os países europeus são importantes parceiros econômico-comerciais de Seicheles, com destaque para França e Reino Unido.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Seicheles é uma das vinte menores economias do mundo, segundo dados do Banco Mundial. Apesar disso, conta com a segunda maior renda per capita da África e o melhor índice de IDH do continente. Estima-se que, em 2017, o PIB seichelense tenha sido da ordem de US\$1,5 bilhão, com crescimento acima de 4% em relação a 2016. O país alcançou a maior parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, principalmente aqueles relacionados a educação, saúde, erradicação da pobreza e meio ambiente. Fortemente baseada no setor terciário, a economia seichelense é caracterizada pela grande dependência das atividades de turismo e de pesca e pela vulnerabilidade às mudanças no cenário econômico internacional.

Apesar de o setor de turismo ser o principal motor da economia seichelense, o país tem buscado diversificar sua economia. Em termos de política econômica, atualmente a preocupação maior é com consolidação fiscal e redução do débito. Em 2017, o número de visitantes bateu recorde histórico, com quase 350 mil turistas (mais que três vezes a população do arquipélago) provenientes, principalmente, da Alemanha, da França, da Itália, da Rússia, dos Emirados Árabes, da China e do Reino Unido. Os europeus representaram mais de 50% dos visitantes, e estima-se que sejam os que trazem maior retorno financeiro ao país, tanto no que diz respeito ao tempo de estada quanto aos recursos monetários deixados nas ilhas. Há atenção ao fato, o que levou as autoridades locais a investirem, em anos recentes, na diversificação da origem dos visitantes, por meio da inauguração de novas linhas aéreas para Ásia, Oriente Médio e África.

O setor pesqueiro é o segundo mais importante para a economia das Seicheles. A contribuição anual da atividade para o PIB do país varia entre 8 e 20%, além de empregar em torno de 17% da população economicamente ativa. A concessão de licenças de pesca constitui importante fonte de recursos para o governo seichelense. A *Indian Ocean Tuna Factory* é a maior empregadora do país, com mais de 2.500 empregados. A pesca é de fundamental importância para o equilíbrio da balança comercial, e chegou a representar quase 95% do total exportado em 1994. O grande mercado consumidor do pescado seichelense é a Europa.

Em 2008, Seicheles entrou em “default”, como consequência da crise econômica global, que gerou drástica redução do número de turistas, principalmente daqueles provenientes da Europa. O crescimento do PIB de 10,4%, em 2007, foi abruptamente interrompido, contraindo-se em -2,14%, em 2008, e -1,1%, em 2009.

Em novembro de 2008, o país assinou um acordo de Stand-By com o FMI, que garantiu o acesso a US\$26,1 milhões de dólares. Em 2009, o país assinou outro acordo com o Fundo (o Extended Fund Facility), para apoiar o programa econômico do governo entre 2010-2012. Como contrapartida, Seicheles iniciou programa de reforma econômica, com a adoção de câmbio flutuante, a eliminação das restrições comerciais e a implementação de políticas fiscais e monetárias contracionistas, com o objetivo de gerar superávit primário, para equilibrar as contas do país.

Em fevereiro de 2015, Seicheles assinou um acordo com o Clube de Paris e a África do Sul para a recompra de US\$30 milhões da dívida do país, com um desconto de 5%, o qual será convertido em um fundo de mitigação da mudança climática e proteção marítima. A elegibilidade de Seicheles para o programa de recompra, com taxas menores do que as praticadas no mercado, foi reflexo da solidez das reformas econômicas implementadas no país desde 2008. Ainda em 2015, Seicheles tornou-se membro da OMC.

Além das reformas implementadas, o país se beneficiou do crescimento robusto no fluxo de turistas que, em 2017, como já aludido, alcançou recorde histórico. Também significativos foram os resultados alcançados no combate à extrema pobreza e ao desemprego formal, que apresentam índices baixos. Apesar do gerenciamento macroeconômico elogiado pelo Banco Mundial e FMI, Seicheles permanece estruturalmente vulnerável à demanda externa e a choques de preços de produtos importados.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral entre o Brasil e Seicheles cresceu quase dezessete vezes entre 2005 e 2014, passando de US\$ 750 mil, para US\$ 12,570 milhões de 2005 a 2014. De 2015 a 2017, o intercâmbio registrou, todavia, diminuição e se encontra na faixa dos 9,5 milhões de dólares. Essa retração se deve à redução das exportações brasileiras, que historicamente representaram a quase totalidade do comércio entre os dois países. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil, exceto no ano de 2008 (déficit de US\$ 1,9 milhão).

Os produtos mais exportados do Brasil para Seicheles, no ano de 2017, foram: peixe congelado, carnes de frango, bovina e suína. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil de Seicheles, em 2017, foram: embalagens de plástico, mós para moer, aparelhos elétricos para telefonia e bijuterias.

Embora não haja registro de investimentos brasileiros em Seicheles, o governo seichelense tem manifestado interesse em contar com a atuação de empresas

brasileiras nos setores de energia e de infraestrutura. Em 2013 realizou-se missão empresarial brasileira a Seicheles, na qual participaram representantes da Petrobrás, Queiroz Galvão e Green Best Solutions (GBS). Desde então, não houve registro de novas missões de parte a outra.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1756	Início da ocupação de Seicheles pelos franceses
1814	O controle do arquipélago passa a ser exercido pelos britânicos
1902	Administração colonial de Seicheles é separada da administração das ilhas Maurício
1948	Realização das primeiras eleições locais
1964	Criação do Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP) e do Partido Democrático de Seicheles (SDP)

1976	Seicheles se torna independente e passa a ser governada por uma coalizão, com James Mancham (SDP) como presidente e France-Albert René (SPUP) como primeiro-ministro
1977	Apoiadores de René organizam um golpe contra o Presidente. René assume a Presidência
1979	René outorga nova Constituição, transformando Seicheles em estado unipartidário
1991	Emenda constitucional restaura a democracia pluripartidária
1993	Aprovada a nova Constituição de Seicheles. Realizam-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, com vitória de René e de seu partido
1998	René é reeleito
2001	Presidente René é reeleito para 3º mandato, com 54% dos votos, vencendo o candidato da oposição, Wavel Ramkalawan, do Partido Nacional de Seicheles (SNP)
2004	Presidente René renuncia à presidência, e é substituído pelo vice-presidente James Michel
2006	Presidente Michel vence as eleições presidenciais, ao derrotar Wavel Ramkalawan do SNP
2008	Em consequência da crise financeira global, Seicheles declara “default”
2011	Michel é reeleito, ao vencer novamente Ramkalawan
2011	O SNP, de Ramkalawan, boicota as eleições legislativas
2014	Criação, pelo Presidente Michel, do Foro Consultivo Nacional (FCN), com vistas a dialogar com a sociedade civil
2015	Seicheles adere à Organização Mundial do Comércio.
2015	Presidente Michel é reeleito para seu terceiro mandato
2016	Vitória da oposição nas eleições legislativas
2016	Presidente Michel renuncia ao cargo de presidente
2016	Assume a presidência do país o então vice-presidente Danny Faure

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2008	Assinatura do Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e a Seicheles
2011	Assinatura de Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos entre Brasil e Seicheles
2014	Visita ao Brasil do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Barry Faure.

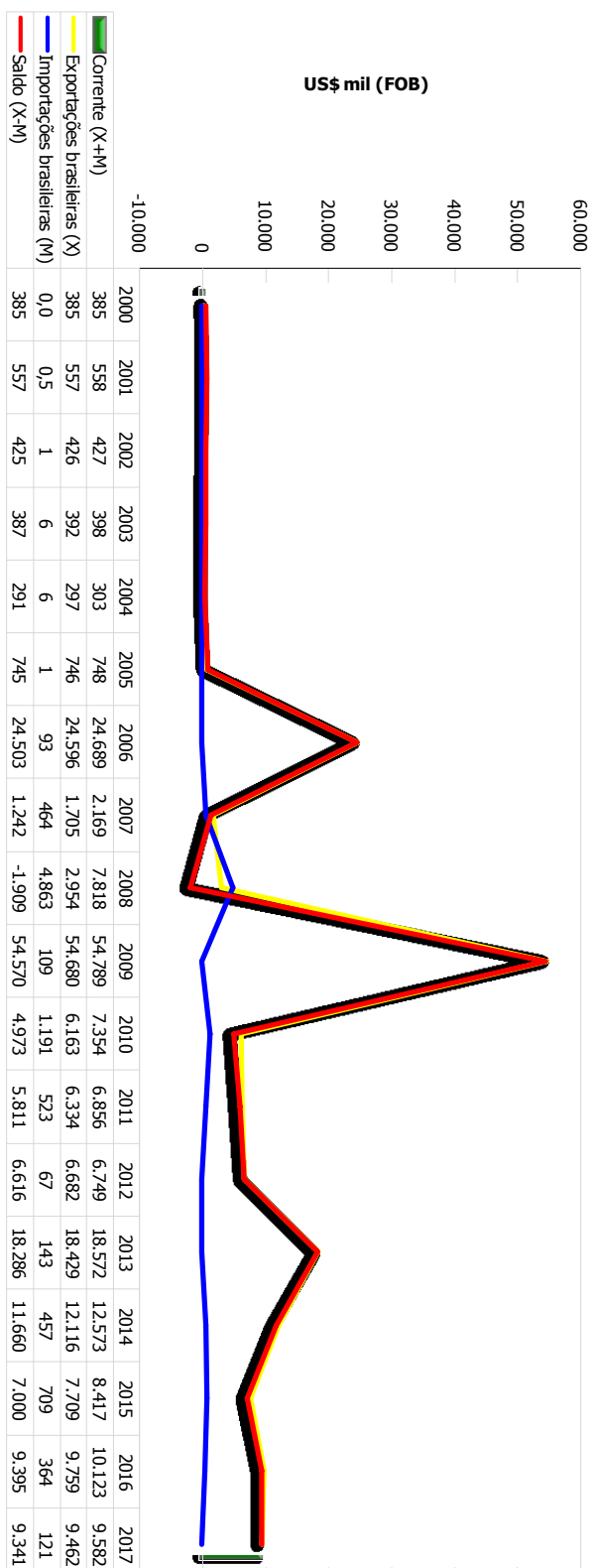
2015	Assinatura de Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Seicheles
-------------	---

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles sobre	16/09/2008	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles sobre Isenção Parcial de Vistos	13/12/2011	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles sobre Serviços Aéreos	19/05/2015	Em tramitação no Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Comércio Brasil-Seicheles

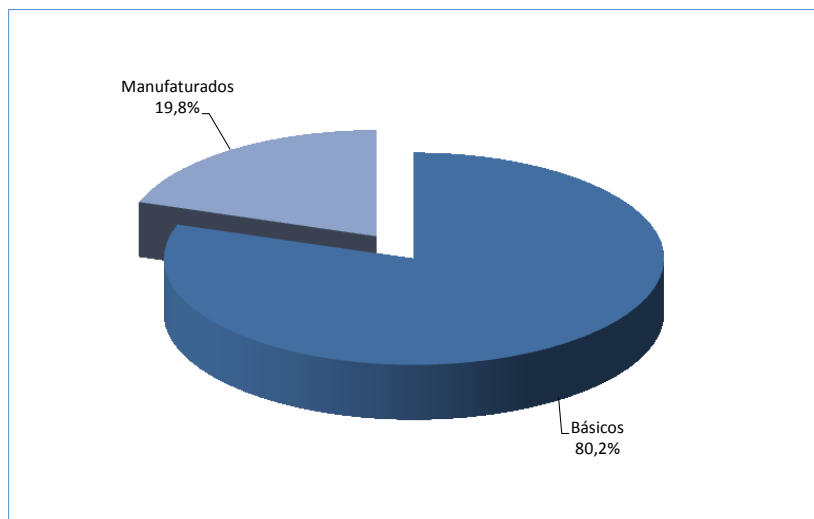


2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mai)	4.708	56	4.765	4.652
2018 (jan-mai)	2.398	88	2.487	2.310

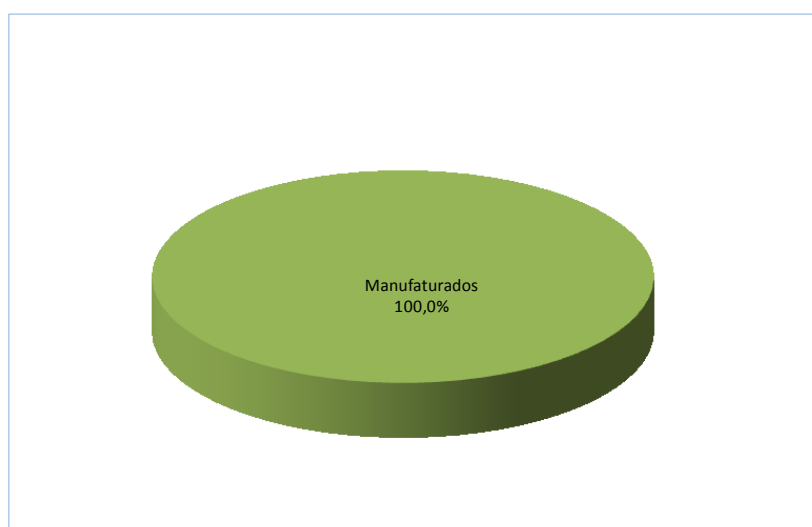
Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



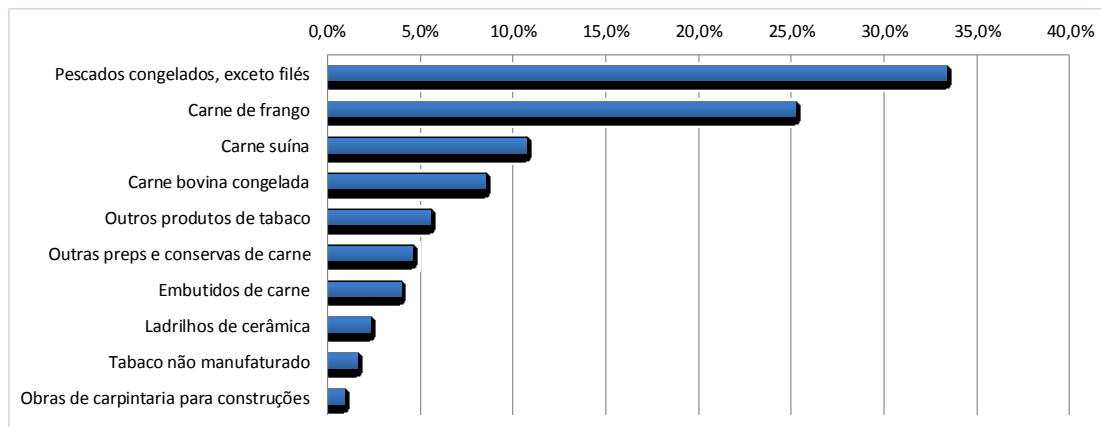
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Junho de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Seicheles (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pescados congelados, exceto filés	2.380	30,9%	4.823	49,4%	3.159	33,4%
Carne de frango	2.661	34,5%	1.980	20,3%	2.392	25,3%
Carne suína	545	7,1%	410	4,2%	1.016	10,7%
Carne bovina congelada	532	6,9%	574	5,9%	808	8,5%
Outros produtos de tabaco	0	0,0%	0	0,0%	523	5,5%
Outras preps e conservas de carne	620	8,0%	636	6,5%	433	4,6%
Embutidos de carne	311	4,0%	205	2,1%	376	4,0%
Ladrilhos de cerâmica	0	0,0%	0	0,0%	222	2,3%
Tabaco não manufaturado	66	0,9%	107	1,1%	153	1,6%
Obras de carpintaria para construções	42	0,5%	67	0,7%	93	1,0%
Subtotal	7.157	92,8%	8.802	90,2%	9.175	97,0%
Outros	552	7,2%	957	9,8%	287	3,0%
Total	7.709	100,0%	9.759	100,0%	9.462	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

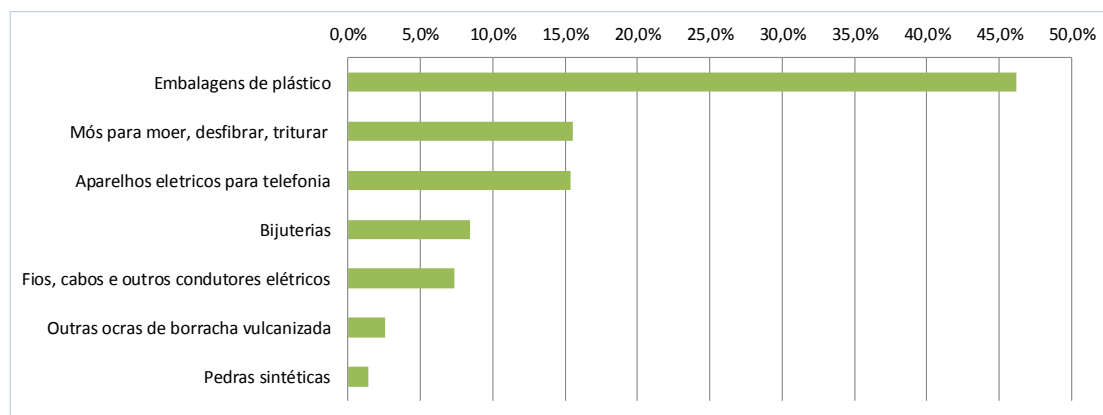


Composição das importações brasileiras originárias de Seicheles (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Embalagens de plástico	0,0	0,0%	28,4	7,8%	55,7	46,2%
Mós para moer, desfibrar, triturar	0,0	0,0%	0,0	0,0%	18,7	15,5%
Aparelhos eletricos para telefonia	12,6	1,8%	94,1	25,9%	18,5	15,3%
Bijuterias	0,0	0,0%	0,0	0,0%	10,2	8,5%
Fios, cabos e outros condutores elétricos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	8,9	7,4%
Outras ocras de borracha vulcanizada	0,0	0,0%	0,0	0,0%	3,1	2,6%
Pedras sintéticas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,7	1,4%
Partes e acessórios de automóveis	50,8	7,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	386,9	54,6%	123,8	34,0%	0,0	0,0%
Derivados halogenados dos hidrocarbonetos	39,6	5,6%	76,5	21,0%	0,0	0,0%
Subtotal	489,9	69,1%	322,8	88,8%	116,8	96,9%
Outros	218,7	30,9%	40,9	11,2%	3,7	3,1%
Total	708,5	100,0%	363,7	100,0%	120,6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



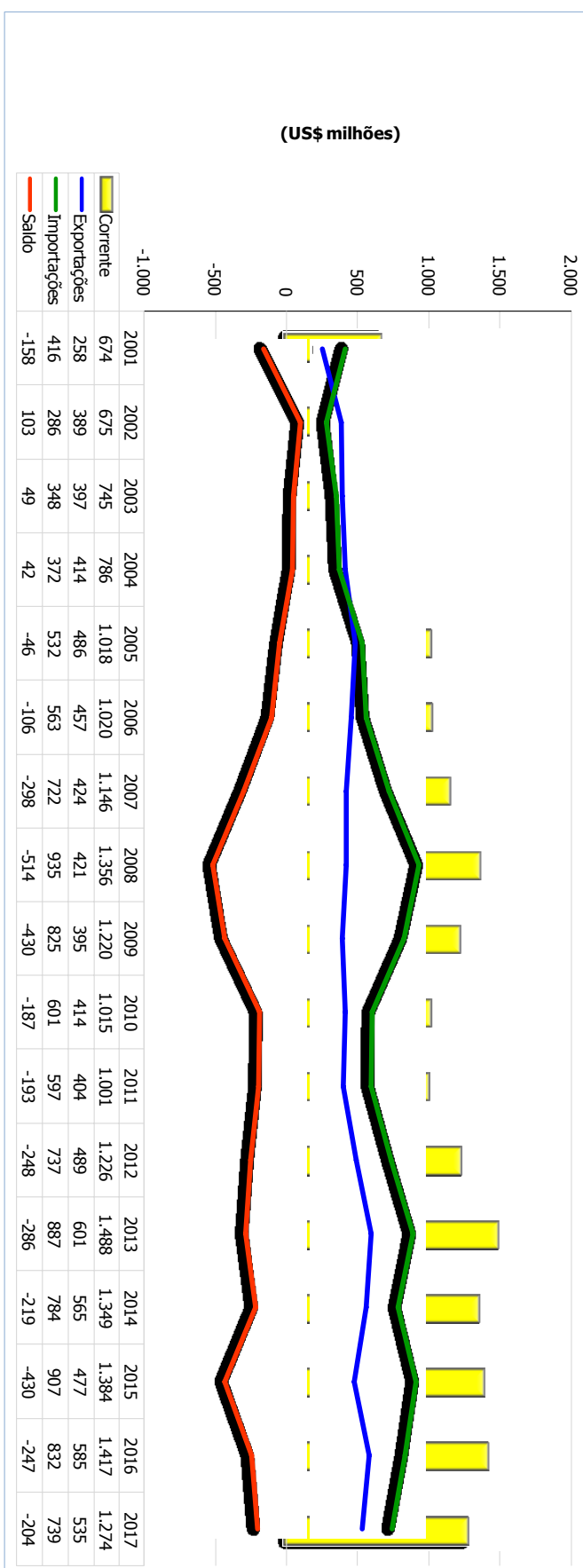
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Outros produtos de tabaco	349	7,4%	696	29,0%	Outros produtos de tabaco 29,0%
Carne de frango	864	18,3%	628	26,2%	Carne de frango 26,2%
Carne suína	454	9,6%	313	13,0%	Carne suína 13,0%
Carne bovina congelada	243	5,2%	294	12,3%	Carne bovina congelada 12,3%
Ladrilhos de cerâmica	149	3,2%	86	3,6%	Ladrilhos de cerâmica 3,6%
Outras preparações e conservas de carne	168	3,6%	65	2,7%	Outras preparações e conservas de carne 2,7%
Tabaco não manufaturado	102	2,2%	58	2,4%	Tabaco não manufaturado 2,4%
Embutidos de carne	128	2,7%	42	1,8%	Embutidos de carne 1,8%
Açúcar	0	0,0%	28	1,2%	Açúcar 1,2%
Pescados congelados, exceto filés	2.123	45,1%	0	0,0%	Pescados congelados, exceto filés 0,0%
Subtotal	4.578	97,2%	2.211	92,2%	
Outros	131	2,8%	188	7,8%	
Total	4.708	100,0%	2.398	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Partes e acessórios de veículos automóveis	0	0,0%	31	35,5%	Partes e acessórios de veículos automóveis 35,5%
Correias transportadoras ou de transmissão	0	0,0%	26	29,9%	Correias transportadoras ou de transmissão 29,9%
Derivados halogenados dos hidrocarbonetos	0	0,0%	23	26,6%	Derivados halogenados dos hidrocarbonetos 26,6%
Aparelhos elétricos de telefonia	0	0,0%	7	7,7%	Aparelhos elétricos de telefonia 7,7%
Embalagens de plástico	56	98,8%	0	0,0%	Embalagens de plástico 0,0%
Subtotal	56	98,8%	88	99,6%	
Outros produtos	1	1,2%	0	0,4%	
Total	56	100,0%	88	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Junho de 2018.

Comércio Seicheles x Mundo



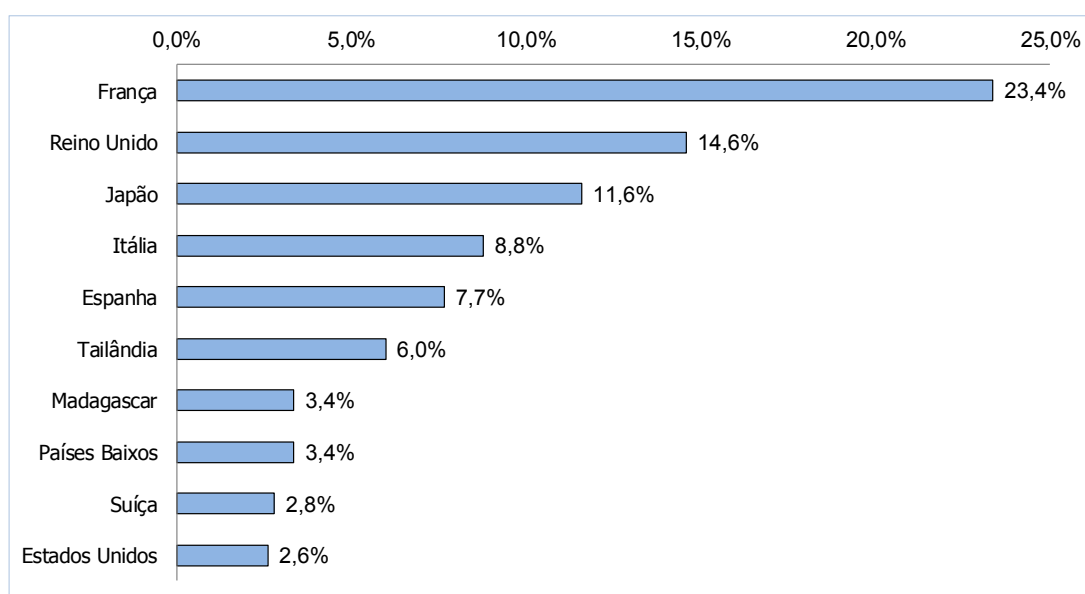
Elaborado pelo MRE/PPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, June 2018.
Seicheles não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Seicheles
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
França	125	23,4%
Reino Unido	78	14,6%
Japão	62	11,6%
Itália	47	8,8%
Espanha	41	7,7%
Tailândia	32	6,0%
Madagascar	18	3,4%
Países Baixos	18	3,4%
Suíça	15	2,8%
Estados Unidos	14	2,6%
...		
Brasil (51º lugar)	0,1	0,02%
Subtotal	450	84,1%
Outros países	85	15,9%
Total	535	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Seicheles não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

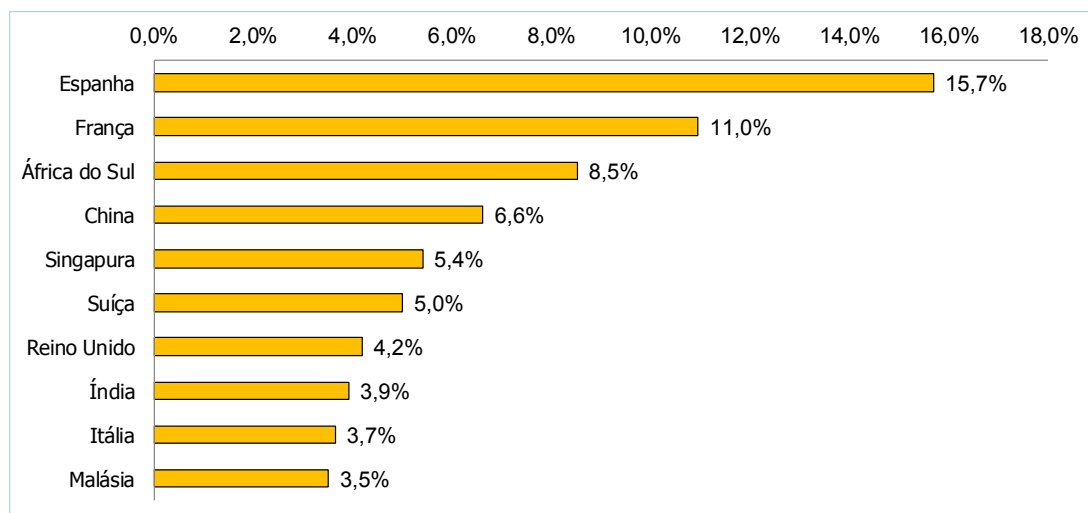


Principais origens das importações de Seicheles
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Espanha	116	15,7%
França	81	11,0%
África do Sul	63	8,5%
China	49	6,6%
Singapura	40	5,4%
Suíça	37	5,0%
Reino Unido	31	4,2%
Índia	29	3,9%
Itália	27	3,7%
Malásia	26	3,5%
...		
Brasil (18º lugar)	9	1,2%
Subtotal	508	68,7%
Outros países	231	31,3%
Total	739	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Seycheles não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



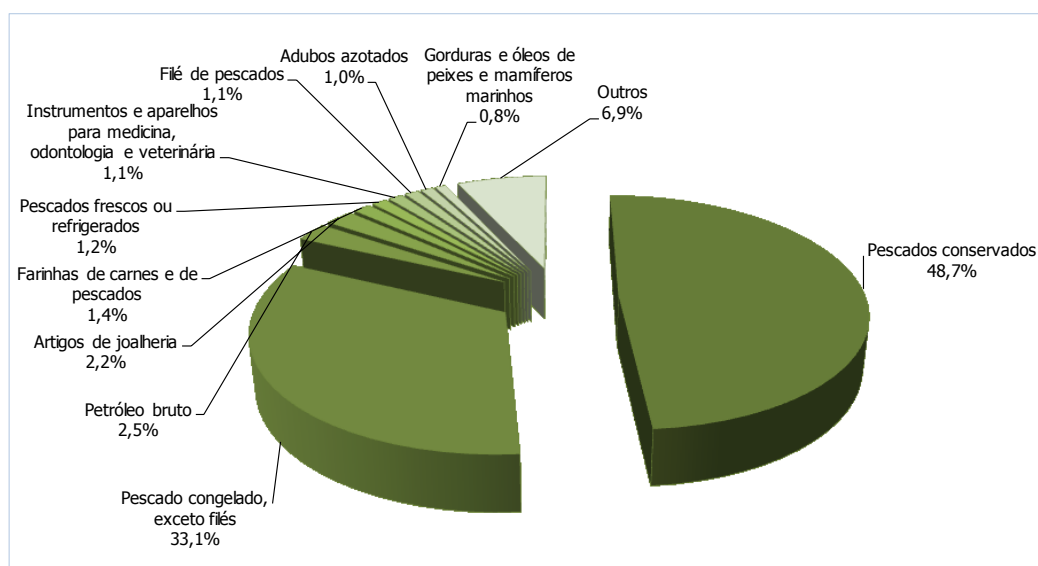
Composição das exportações de Seicheles (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Pescados conservados	261	48,7%
Pescado congelado, exceto filés	177	33,1%
Petróleo bruto	14	2,5%
Artigos de joalheria	12	2,2%
Farinhas de carnes e de pescados	7	1,4%
Pescados frescos ou refrigerados	6	1,2%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	6	1,1%
Filé de pescados	6	1,1%
Adubos azotados	5	1,0%
Gorduras e óleos de peixes e mamíferos marinhos	4	0,8%
Subtotal	498	93,1%
Outros	37	6,9%
Total	535	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Seicheles não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos exportados



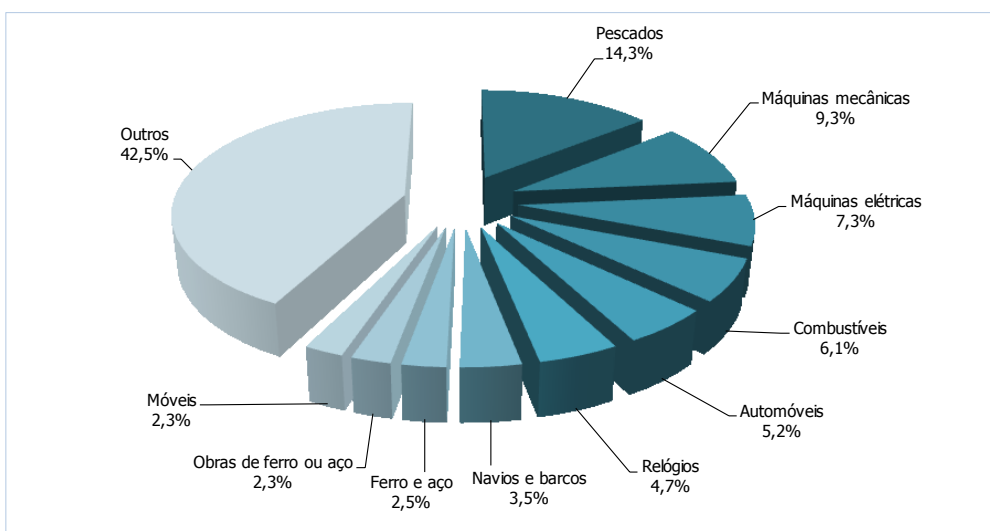
Composição das importações de Seicheles (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Pescados	105	14,3%
Máquinas mecânicas	68	9,3%
Máquinas elétricas	54	7,3%
Combustíveis	45	6,1%
Automóveis	39	5,2%
Relógios	35	4,7%
Navios e barcos	26	3,5%
Ferro e aço	19	2,5%
Obras de ferro ou aço	17	2,3%
Móveis	17	2,3%
Subtotal	425	57,5%
Outros	314	42,5%
Total	739	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, June 2018.

Seycheles não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Seicheles

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,48%	4,25%	3,34%	3,30%	3,32%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,43	1,48	1,57	1,66	1,75
PIB nominal "per capita" (US\$)	15.234	15.686	16.428	17.208	17.993
PIB PPP (US\$ bilhões)	2,56	2,72	2,87	3,03	3,19
PIB PPP "per capita" (US\$)	27.308	28.779	30.084	31.451	32.860
População (mil habitantes)	94	94	95	96	97
Desemprego (%)	2,68%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,22%	3,48%	3,76%	3,30%	3,19%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-18,26%	-15,98%	-14,36%	-13,88%	-13,44%
Câmbio (SRs / US\$) ⁽²⁾	13,32	13,64	13,79	13,97	n.d.

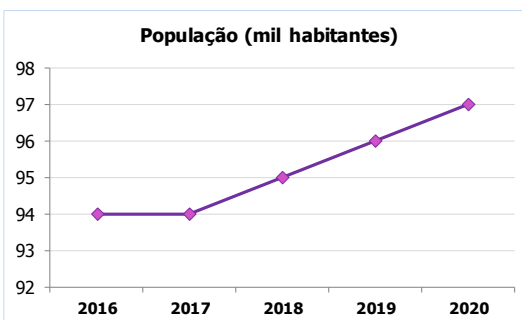
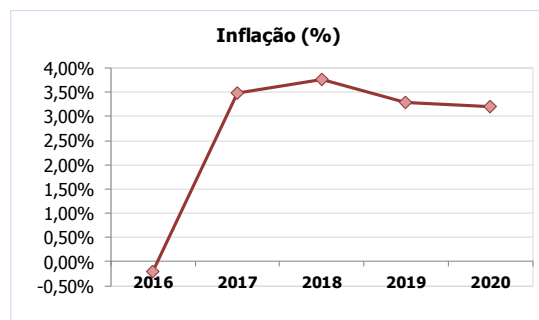
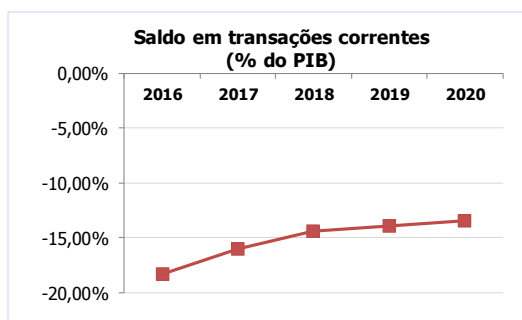
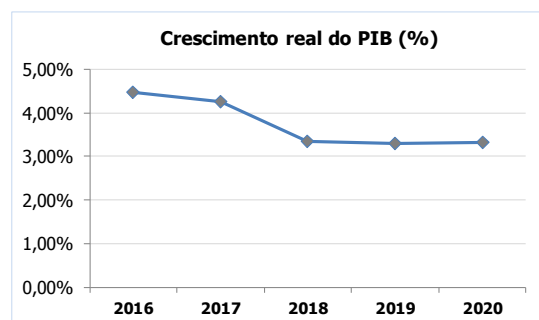
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	2,5%
Indústria	13,8%
Serviços	83,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



Aviso nº 323 - C. Civil.

Em 27 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República